

ANEXOS

ANEXO I – PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE

Pareceres relativos ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA-ARHTO)

PARECER APA (14-10-2022) (ref. S055581-202209-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00048.2022) Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Covilhã – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão	
Aspetos específicos mais relevantes (para o processo de AAE) referidos no parecer	Ponderação
Considera-se que, de um modo global, o RFCD se encontra bem identificado, com contextualização adequada relativamente ao Plano em causa. Julga-se, no entanto, ser uma mais-valia a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, pelo que se sugere a sua inclusão no Relatório Ambiental (RA) a desenvolver. Lembra-se que, de acordo com o guia de boas práticas em AAE, a equipa que realiza a AAE deve ser constituída de forma a dar resposta à natureza multidisciplinar, iterativa e cíclica característica de uma AAE.	Recomendação acolhida
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	
Relativamente à Metodologia, considera-se que a mesma deverá ser explicitada, idealmente com recurso a uma representação esquemática, onde se mostre a interligação entre a AAE e o processo de planeamento, que devem decorrer em simultâneo.	Recomendação acolhida
<p>Acresce sugerir que, para além dos guias referidos, sejam adicionalmente considerados, nas restantes fases deste procedimento de AAE, os seguintes documentos de orientação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais”, Comissão Nacional do Território (CNT)/DGT, 2020, disponível no sítio eletrónico da DGT; - “Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT”, DGT, 2020, disponível no sítio eletrónico da DGT; - “Guia orientador – revisão do PDM”, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDRC), 2019 - disponível no sítio eletrónico da CCDRC; - “Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0”, DGT, 2021; - “Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”, APA, 2020 - disponível no sítio eletrónico da APA; - “Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”, APA, 2020 - disponível no sítio eletrónico da APA. <p>Sugere-se ainda a inclusão de uma secção com identificação das referências bibliográficas.</p>	Documentos foram devidamente incluídos, tanto na metodologia como na lista bibliográfica.
CAPÍTULO 4 - OBJETO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL	
Quanto ao Objeto de avaliação, na generalidade, considera-se o mesmo adequado. No entanto, estranha-se a não identificação da temática das Alterações Climáticas, designadamente no âmbito da definição do Quadro Problema (análise SWOT).	A referida análise foi feita no RA Provisório e integrada no CS designado 'Alterações Climáticas' do FCD2.
<p>Fatores ambientais</p> <p>No que concerne aos Fatores Ambientais, julga-se que deveria ter sido considerada a totalidade dos fatores ambientais previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, uma vez que se constata não ter sido considerada a Atmosfera, pese embora se verifique que, no quadro de avaliação, são considerados indicadores de qualidade do ar. A não consideração de todos os fatores ambientais como relevantes para a AAE deve ser justificada.</p>	A análise dos fatores ambientais foi revista, passando a integrar a 'Atmosfera' (Quadro 3).
CAPÍTULO 7 - FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	
<u>QRE</u>	Recomendação acolhida No Anexo II apresenta a identificação dos diplomas legais que aprovam cada instrumento do QRE

PARECER APA (14-10-2022) (ref. S055581-202209-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00048.2022) Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Covilhã – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão	
Deve ser feita referência aos diplomas legais que publicam ou aprovam os instrumentos listados no QRE, os principais objetivos e metas associados, informação que pode ser incluída como anexo.	
<u>Definição dos FCD</u> Devem serem clarificados quais os FCD efetivamente considerados, uma vez que nas Tabelas 4 e 5, bem como nas conclusões, surge a indicação de um quinto FCD: População e Desenvolvimento Social.	Por lapso, na Tabela 4 e 5 estava identificado o FCD 5 - População e Desenvolvimento Social. A determinação deste FCD, não se verifica relevante, uma vez que os FCD3 - Ordenamento do território e Coesão territorial e FCD 4 - Desenvolvimento Socioeconómico já avaliam as questões relativas à população e desenvolvimento social.
<u>Definição dos FCD</u> Relativamente à representação constante no Gráfico 1, referente ao processo de definição dos FCD, salienta-se a importância de retificar o mesmo, uma vez que os FCD devem advir da interseção da QE, QRE e Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS), o que não está explanado neste gráfico.	O capítulo foi revisto e reformulado na íntegra, sendo feito, num primeiro momento, a correspondência entre o QRE e as QE, e de seguida a articulação entre as QE, as QAS e os FCD.
<u>Quadro de Avaliação</u> Recomenda-se que os critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por critério de avaliação, de modo que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese antes de avançar para a próxima fase desta avaliação ambiental	Apesar do esforço de síntese ter sido efetuado, a recomendação quanto ao número de critérios e indicadores não foi acolhida/cumprida. Considera-se que o quadro de avaliação proposto terá de ser, forçosamente, abrangente o suficiente para um instrumento como um Plano Diretor Municipal. Contudo, tendo por base a lista de FCD, critérios e indicadores aqui apresentada, sugere-se que sejam identificados os indicadores e critérios que esta entidade considere serem dispensáveis no âmbito desta AAE, podendo essa “redução” ser efetuada posteriormente pela equipa, já na fase subsequente do processo.
<u>Quadro de Avaliação</u> Verifica-se que para cada FCD é apresentada uma listagem de critérios, sem identificação de quais os indicadores que especificamente estão associados a cada critério, pelo que este aspeto deverá ser objeto de correção.	Recomendação acolhida
<u>Análise de tendências</u> Indicadores apresentados devem encontrar-se associados a valores de referência e a metas a atingir, determinantes para a avaliação dos efeitos significativos decorrentes da implementação da revisão do PDM	Recomendação a acolher no âmbito da subfase 2 seguinte de elaboração do Relatório Ambiental. No RA Provisório é apenas feita a pré-avaliação dos efeitos significativos, com base nos objetivos estratégicos (subfase 1).
<u>Análise de tendências</u> Por outro lado, acresce salientar a necessidade de ser definido um indicador que permita acompanhar a evolução dos 'Riscos de incêndio', identificado como uma 'Ameaça' no quadro problema.	Esta ameaça encontra-se avaliada nos indicadores de "Área ardida" e "Área com perigosidade de incêndio alta e muito alta" do critério de Riscos Naturais, FCD 2.
<u>Análise de tendências</u> Embora sejam mencionadas as Fontes de informação, refere-se a necessidade de, para cada indicador, serem mencionadas as fontes de informação a utilizar para a análise e avaliação dos FCD a concretizar no Relatório Ambiental.	As informações estão acompanhadas com a devida referência da fonte ao longo da Análise de Tendências
CAPÍTULO 9 - QUADRO DE GOVERNANÇA	
Por outro lado, importa que sejam explicitamente referidas no RA quais as entidades a consultar no âmbito da presente AAE.	Conforme o disposto no art.º 3º do DL nº 232/2007, de 15 de junho, a avaliação ambiental encontra-se sujeita à consulta pelas entidades com responsabilidade ambiental, cuja listagem se apresenta no capítulo 9 - Quadro de Governança.
No RA final deverão ser identificadas as entidades consultadas no âmbito da presente avaliação (algumas já identificadas no RFCD), com a indicação dos resultados obtidos quer na consulta às entidades quer na consulta pública. Os comentários e sugestões pertinentes, decorrentes dessa fase, devem integrar esse relatório e também o RNT a disponibilizar.	Ver ponderação ao ponto anterior.
Evidencia-se ainda a importância de, tal como previsto, ser estabelecido um Quadro de Governança, com identificação dos principais agentes envolvidos e suas responsabilidades. Este Quadro apresenta um papel importante, não só no estabelecimento de	Ver ponderação ao ponto anterior.

PARECER APA (14-10-2022) (ref. S055581-202209-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00048.2022) Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Covilhã – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão	
prioridades e para assegurar o foco da AAE, como também para validar a avaliação e levar a cabo o seguimento.	
FASES SEGUINTES	
<p>Programa de seguimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - O programa de seguimento, que deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores. - Os indicadores devem ser mensuráveis e associados a valores de referência. As metas a atingir, determinantes para a avaliação dos impactos decorrentes da implementação da Alteração do PDM, devem encontrar-se em consonância com as metas constantes na anterior AAE e nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE. 	As referidas questões vão ser consideradas na versão final do RA.
OUTROS ASPETOS	
<p><u>Ponderação pareceres</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ponderação dos contributos das ERAE relativamente ao RFCD deve constar no RA a desenvolver, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados. 	Recomendação acolhida
<p><u>Resumo Não Técnico (RNT)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Este deve ser sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os públicos. 	Recomendação a acolher na subfase 2
<p>Apresentar as opções alternativas de desenvolvimento e os diferentes cenários estudados, no sentido de que sirvam os objetivos pretendidos com a revisão do Plano, e as respetivas razões que as justifiquem</p>	<p>Relativamente ao desenvolvimento de cenários alternativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerando o âmbito tão abrangente da alteração do PDM, e as incertezas que estão associadas à sua implementação, bem como os procedimentos legais a que o mesmo obedece, torna-se difícil o “desenvolvimento de cenários alternativos para o desenvolvimento futuro do concelho”. Este facto pressupunha, na prática, que existisse mais do que uma proposta de alteração de Plano para ser avaliada no âmbito da AAE. <p>No entanto, refira-se que, dentro das diferentes propostas do Plano, foram propostas alternativas para aspetos particulares a corrigir (nomeadamente tendo em conta o PDM atualmente em vigor), que vão de encontro a um melhor desempenho ambiental do Plano.</p>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)

<p>PARECER CCDRC (2022-10-22) (ref. DSOT-DOTCN 349/2022 Proc: PDM-CB.03.00/3-20) Revisão do PDM da Covilhã – Parecer no âmbito do n.º 4 do art.º 12.º da Portaria 277/2015 – estudos de caracterização e relatório dos fatores críticos para a decisão</p>	
Aspetos específicos mais relevantes (para o processo de AAE) referidos no parecer	Ponderação
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	
De referir apenas que a descrição da metodologia descrita no capítulo 3 beneficiaria se às fases analíticas da abordagem da avaliação estratégica se associassem as respetivas fases de planeamento, melhorando a compreensão dos processos e respetivos procedimentos, particularmente na fase de discussão pública.	A metodologia (atual capítulo 3) foi revista de forma a aprofundar e descrever o procedimento de cada fase, articulando com a metodologia do PDM, conforme se pode ver no esquema ilustrativo da Figura 1.
CAPÍTULO 5 - QRE	
Não estão identificados os objetivos dos IGT considerados relevantes para a AAE e que integram o QRE, bem como as análises de convergência entre as OE (Objetivos Estratégicos) do plano e os objetivos de cada IGT do QRE.	No atual RA provisório, foram incluídas em anexo a análise de cada IGT do QRE.
O Quadro de Referência Estratégico (cf. págs. 30-31) acolheu os principais instrumentos de referência para a área de intervenção, no entanto não foram identificados os respetivos objetivos nem a sua correlação com as questões estratégicas da revisão, como é usual neste tipo de análise, mas apenas sintetizada a correspondência entre as Questões Estratégicas, Fatores Ambientais de Sustentabilidade, Quadro de Referência Estratégico e Fatores Críticos para a Decisão (cf. Tabela 6, pág. 33).	Relativamente aos objetivos, no Anexo II, foram elaboradas fichas para os documentos do QRE analisados, onde foram identificadas as 'Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade'. No 'Quadro 2. Relação entre as Questões Estratégicas (QE) e o Quadro de Referência Estratégico (QRE)' foi analisada a correspondência entre as QE e os documentos do QRE.
<p>A Nível Nacional e Regional considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Programa Nacional de Valorização do Interior (PNVI) - Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) - Programa Operacional Regional Centro 2020 - Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 do Centro) - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020 <p>IGT substituir/alterar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte – PROF-BIN (Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) (art.º 2.º da Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro)) - "Portugal 2030" por "Estratégia Portugal 2030" - "Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro – PROT-C" por PROT Centro "versão de maio/2011" 	<p>Dos instrumentos recomendados, foram acrescentados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) - Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 do Centro) - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM das Beiras e Serra da Estrela <p>Foi acrescentado o Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, em substituição pela Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020.</p> <p>A Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável (ENDS) não foi integrada, uma vez que já se encontra desatualizada (horizonte temporal para 2015), tendo-se optado por substituir pela Estratégia Portugal 2030.</p> <p>O Programa Operacional Regional Centro 2020 não foi adicionado ao QRE, uma vez que é um documento cujo horizonte temporal era até 2020.</p> <p>Das alterações referidas, foram alterados os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portugal 2030 foi alterado para Estratégia Portugal 2030; - Foi alterado o PROF-BIN para o PROF - CI; - O PROT Centro foi corrigido para PROT-C (versão maio de 2011)
CAPÍTULO 6 - FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	
<p><u>Definição dos FCD</u></p> <p>Posteriormente (cf. gráfico 1 da pág. 32) identificou apenas os primeiros 4, (...) aspeto que merecia melhor clarificação e subsequente ponderação em sede de Relatório Ambiental</p>	<p>Por lapso, na Tabela 4 e 5 estava identificado o FCD 5 - População e Desenvolvimento Social. A determinação deste FCD, não se verifica relevante, uma vez que os FCD3 - Ordenamento do território e Coesão territorial e FCD 4 - Desenvolvimento Socioeconómico já avaliam as questões relativas à população e desenvolvimento social.</p>

<p>PARECER CCDRC (2022-10-22) (ref. DSOT-DOTCN 349/2022 Proc: PDM-CB.03.00/3-20) Revisão do PDM da Covilhã – Parecer no âmbito do n.º 4 do art.º 12.º da Portaria 277/2015 – estudos de caracterização e relatório dos fatores críticos para a decisão</p>	
<p>FCD 1 - Passar "Usos do solo, por classes de ocupação" do FCD1 para o FCD 3</p>	<p>O Quadro de Avaliação foi revisto extinguindo estes indicadores</p>
<p>FCD 1 - Ponderar pertinência de "Área de solo suscetível à desertificação" e a "Área de Uso agrícola (regadio e culturas temporárias) em áreas de elevada suscetibilidade à ocorrência de seca"</p>	<p>Foi acrescentado o indicador "Área de solo suscetível à desertificação" ao FCD 2. A análise sobre a ocorrência de secas foi feita no FCD1 (CS Recursos Hídricos)</p>
<p>FCD 2 - Integrar "n.º de ignições" (incêndios rurais) - Na avaliação do risco de incêndio se reporte à perigosidade alta e muito alta</p>	<p>Foi integrado no FCD 2 no critério de Riscos Naturais, os indicadores de "Área ardida" e "Área com perigosidade de incêndio alta e muito alta". Não se considera relevante incluir um indicador relativo ao nº de ignições, uma vez que não permite, de forma clara, avaliar o risco de incêndio.</p>
<p>FCD 3 Não é apresentado qualquer tipo de caracterização da habitação, nomeadamente associada à população e à distribuição no território, de modo a entender-se eventuais carências e a perspetivar as necessidades de solo urbano e ocupação do território, bem como outros temas sobre matérias que muito provavelmente vão estar na base das propostas de revisão, como sejam as infraestruturas urbanas (nomeadamente de abastecimento de água, saneamento, recolha de resíduos), transportes, equipamentos e análise de riscos.</p>	<p>No atual RA provisório a caracterização da habitação encontra-se desenvolvida para os indicadores do Critério de Sustentabilidade 'Parque edificado e habitação'.</p>
<p>FCD 3 - Objetivo de Sustentabilidade - Adequação do sistema de transportes às necessidades de mobilidade do concelho e aposta no consumo de combustíveis fósseis e outras fontes de energia alternativas, tendo como principal objetivo a redução das emissões de gases com efeito de estufa. - Objetivos e Indicadores deste FCD sejam direcionados para aspetos mais concretos como a classificação, qualificação e reclassificação do solo nas diferentes categorias; áreas de restrições de utilidade pública (p. ex. REN e RAN) afetadas por propostas da revisão e afetação à Estrutura Ecológica Municipal.</p>	<p>Foram excluídos do Quadro de Avaliação os Objetivos de Sustentabilidade, uma vez que remetiam, na essência, para aspetos considerados nas QE. Em alternativa, no 'Quadro 4. Critérios de sustentabilidade por FCD', foram densificados e clarificados os aspetos que se pretendem avaliar especificamente em cada FCD e CS.</p>
<p>FCD 3 - Integrar indicadores como a "Taxa de execução de espaço programado (ha/ano)", a "Taxa de execução de espaço de atividades económicas (ha/ano)", o "Instrumentos de gestão territorial aprovados (N.º)", o "n.º de pedidos de regularização de atividades económicas no âmbito do RERAE"</p>	<p>Foram incluídos os referidos indicadores, à exceção dos 'Taxa de execução de espaço programado (ha/ano)' e 'N.º de pedidos de regularização de atividades económicas no âmbito do RERAE', por falta de informação útil para a sua avaliação.</p>
<p>CAPÍTULO 9 - QUADRO DE GOVERNANÇA</p>	
<p>Sobre as ações a desenvolver identificadas e reportadas à CCDRC, no âmbito do Quadro de Governança, alerta-se que as mesmas não deverão extravasar as atribuições que, a esta entidade, estão cometidas, designadamente as estabelecidas no DL n.º 134/2007, de 27.04.</p>	<p>Esta informação é apresentada no capítulo 9 - Quadro de Governança.</p>
<p>FASES SEGUINTES</p>	
<p>Recomendações - Indicadores de seguimento - Não devem ser referidos indicadores cujo âmbito extravase o conteúdo material do Plano diretor municipal; - Apresentar todas as unidades/métrica e Fontes de Informação - Melhorar a sua definição de forma a permitir/facilitar a sua mensuração e quantificação - Associar os indicadores a uma situação de partida e a metas a atingir - Articular os indicadores propostos com indicadores que possam resultar da elaboração e implementação de outros Planos para evitar redundância.</p>	<p>As referidas questões vão ser consideradas na versão final do RA.</p>

**Pareceres relativos ao Relatório Ambiental Provisório, emitidos no âmbito da 1.ª
Reunião Plenária da Comissão Consultiva**

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA-ARHTO)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.01	9	<i>Relativamente à figura 1, diagrama global dos procedimentos de AAE da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, a mesma deve ser retificada, uma vez que a Fase E, que está denominada "Execução e Monitorização do Plano" deve ser alterada para monitorização da AAE do plano.</i>	-	Recomendação acolhida	-
AAE.02	9	<i>No subcapítulo 3.2.4 deve ser acrescentado que a Declaração Ambiental não é só enviada à APA, mas também às restantes entidades consultadas, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 ao Decreto-Lei n.º 232/2007.</i>	-	Recomendação acolhida	-
AAE.03	9	<i>Regista-se ainda que o Quadro de Referência Estratégico (QRE) se encontra atualizado nas matérias da competência da APA. Sugere-se que no Quadro 1 os instrumentos do QRE sejam apresentados numa tabela onde conste igualmente a referência aos diplomas legais que publicam ou aprovam os instrumentos listados, de forma a garantir que se está a utilizar a versão mais atualizada de cada um.</i>	-	Recomendação acolhida	-
AAE.04	9	<i>O Quadro 5, onde são apresentados os critérios de sustentabilidade por FCD não se encontra em consonância com o "Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental", que refere que os critérios de avaliação devem ser limitados a dois por FCD. O mesmo se aplica aos indicadores apresentados por critério, que deviam ser limitados a dois ou três por critério, de modo que seja possível manter o foco estratégico da avaliação ambiental. O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não exaustivo, focando-se nos pontos principais de decisão, pelo que se sugere um esforço de síntese nos critérios e indicadores selecionados na próxima versão do RA a apresentar.</i>	<p>Será efetuado um esforço de síntese na próxima versão do RA.</p> <p>No entanto, tendo em conta o âmbito tão abrangente de uma revisão do PDM, adivinha-se, desde já, bastante difícil apresentar um quadro de avaliação com tão reduzido número de critérios e de indicadores, mais ainda, quando os pareceres das ERAE apontam, como sugestão, a inclusão de novos critérios/indicadores (todos eles pertinentes dentro dos diferentes domínios), mas não identificam especificamente critérios/indicadores que considerem dispensáveis.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	Foi efetuado um esforço para sintetizar os indicadores.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.05	9-10	<p><i>Relativamente às recomendações, apresentadas no capítulo 8, julga-se que deve ser explícito, na próxima versão do RA, a forma como estas recomendações foram integradas na proposta de plano. Por outro lado, uma vez que é apresentado um conjunto extenso de recomendações, sugere-se que as mesmas sejam de alguma forma priorizadas / calendarizadas (pelo menos em curto, médio e longo prazo), de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento /monitorização da AAE.</i></p>	<p>Sugestão da Entidade será acolhida em capítulo autónomo na próxima versão do RA.</p> <p>Em face do desenvolvimento do processo, na próxima versão do RA serão apresentadas, em capítulos separados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de Planeamento e Gestão: recomendações suscitadas pela análise efetuada à proposta final, com o objetivo de contribuir para o assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, considerando, também, as principais tendências territoriais e os riscos e oportunidades que se colocam ao desenvolvimento no médio/longo prazo. A explicitação da forma como as medidas/recomendações de planeamento (com incidência no próprio Plano) foram integradas na proposta de Plano só poderá constar da versão final do RA (após o parecer final e a discussão pública do Plano). - Medidas de Controlo: conjunto de indicadores através dos quais será possível acompanhar a execução da Revisão do PDM e aferir os respetivos efeitos ambientais, na perspetiva de cada um dos FCD identificados 	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.06	10	<p>Verifica-se que o RA não apresenta um plano de monitorização com indicadores de seguimento, aspeto fundamental para acompanhar a AAE e que deve ainda ser apresentado na próxima versão do RA. O programa de seguimento deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores. A experiência mostra que Planos/Programas que definiram muitos indicadores de monitorização não conseguiram concretizar a avaliação e controlo da AAE. Lembra-se que os indicadores usados na avaliação e análise tendencial não têm de ser obrigatoriamente os mesmos do plano de monitorização e que a monitorização do Plano e da AAE do mesmo são dois processos distintos com objetivos diferentes.</p> <p>Importa garantir que os indicadores selecionados são os que melhor permitem controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (cf. artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).</p>	Ver ponderação ao ponto anterior.	Recomendação acolhida	-
AAE.07	10	<p>Na tabela onde são apresentados os indicadores de seguimento, deve ser incluída a periodicidade dos mesmos (preferencialmente anual) e os valores de referência, correspondentes à situação atual do município, ou seja, à informação ou dados mais recentes disponíveis, bem como às metas a atingir, que devem ser quantitativas, sempre que possível. Estas metas, cruciais para a avaliação dos impactos decorrentes da implementação desta revisão do PDM, devem estar alinhadas com as estabelecidas nos documentos hierarquicamente superiores e referenciadas no QRE.</p>	Ver ponderação ao ponto AAE.05.	Recomendação acolhida	Importa também referir que, num outro contexto (o da análise de tendências e situação atual), foi introduzido, no final de cada Critério, um quadro síntese dos indicadores de avaliação (distintos, e em menor número, que os indicadores de seguimento, que são apresentados nas Medidas de Controlo).

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.08	10-11	<p>No que respeita ao Quadro de Referência Estratégico (Capítulo 5) considera-se que foram integrados documentos relevantes para a temática dos recursos hídricos, com os quais se concorda, recomendando-se, no entanto, que sejam ainda abrangidos os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O “Plano de Gestão dos Riscos de Inundações” (PGRl), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril, que tem como principal objetivo a redução das consequências prejudiciais associadas a esse fenómeno. Pode ser consultada informação sobre o mesmo em <u>2.º Ciclo de Planeamento (2022-2027) Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt)</u>. • O “Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água” (PNUEA) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho e que tem como principal objetivo a promoção do uso eficiente da água em Portugal. • O “Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato” (POACV), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004 de 31 de março. 	-	Recomendação acolhida	-
AAE.09	11	<p>No Capítulo 6.1 “Questões Estratégicas e Questões Ambientais e de Sustentabilidade” considera-se de rever o Quadro 2 nomeadamente quanto à correspondência da QE1 – “Preservação e valorização dos Recursos, do Património e da Identidade” com os documentos que fazem parte do QRE. Considerando a componente dos recursos hídricos, salienta-se a forte relação que se estabelece com a ENAAC, ENCNE, PSRN2000, PNA, PGRH, entre outros, e que deverá ser identificada.</p>	-	Recomendação acolhida	-
AAE.10	11	<p>No Capítulo 6.2, e no que se refere aos fatores críticos para a decisão identificados, destacam-se, pela sua relevância para a temática dos recursos hídricos, os seguintes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FCD 1 – Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico • FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos <p>Para o FCD1, e na descrição dos objetivos associados, a referência aos “recursos hidrológicos”, deverá ser substituída por “recursos hídricos”. Nesse sentido recomenda-se a retificação dessa referência em outros capítulos e quadros do relatório.</p>	-	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.11	11	<i>Para o FCD2, recomenda-se que a referência a "(...) drenagem e tratamento de águas residuais (...)” seja substituída por "(...) infraestruturas de saneamento básico” de forma a incluir não só o saneamento das águas residuais, mas também das águas pluviais e ainda o abastecimento de água (conforme identificado no Capítulo 6.3).</i>	-	Recomendação acolhida	-
AAE.12	11	<i>Quanto ao Capítulo 6.3 “Critérios e indicadores de avaliação” e Quadro 5. “Critérios de sustentabilidade por FCD”, recomenda-se as seguintes retificações:</i> • FCD2 - Critério “Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico” - recomenda-se a substituição dessa designação por “Infraestruturas de saneamento básico”, conforme já mencionado. Deverá ser ainda referida a rede pluvial.	-	Recomendação acolhida	-
AAE.13	11	• FCD2 - Critério “Riscos Naturais” – porque nem todos os riscos naturais correspondem a eventos extremos considera-se de retirar essa referência, sugerindo-se a seguinte alteração na descrição desse critério: “Avaliação do contributo do plano para a diminuição da vulnerabilidade do território e para a redução da exposição antrópica aos riscos”. Propõe-se ainda a alteração da designação para “Riscos Naturais e Mistos”, dada a tipologia de riscos identificada.	A designação será alterada para Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos.	Recomendação acolhida	-
AAE.14	11	• FCD2 - Critério “Acidentes Industriais” – Atendendo à terminologia adotada nos objetivos deste FCD e dada a natureza dos riscos identificados (no Quadro 6), considera-se de alterar essa designação para “Riscos Tecnológicos”.	Critério será eliminado e fundido num critério designado “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”	Recomendação acolhida	-
AAE.15	11	<i>Para o Quadro 6. “Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</i> • FCD1 e FCD2 deverão ser revistos os objetivos enunciados, de forma a integrar as recomendações acima mencionadas.	-	Recomendação acolhida	-
AAE.16	12	• FCD1 - Critério “Solo” – deverá ser ponderada a necessidade de se incluírem indicadores que refletem a artificialização/impermeabilização do solo.	Destacam-se os indicadores “Proporção de solo artificializado (%)” e “Artificialização bruta do solo (ha)”, que já constam do RA Provisório entregue, e que dão resposta a esta preocupação da Entidade.	Recomendação não acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.17	12	<p>• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p> <p>- A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico.</p> <p>- A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico.</p> <p>- A avaliação do estado global das massas de água subterrânea envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo.</p> <p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p>	-	Recomendação acolhida	Foram retirados os seguintes indicadores: “Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”
AAE.18	12	<p>• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Solicita-se esclarecimentos quanto ao indicador “Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água”. Se o mesmo se refere às cargas rejeitadas para os sectores de atividade, é quantitativo (não qualitativo) devendo ser identificada a unidade de medida correspondente.</p> <p>Recomenda-se ainda que se adicione um indicador relativo às pressões quantitativas nomeadamente quanto ao volume de água captado para os diversos sectores de atividade.</p>	<p>No que diz respeito ao indicador “Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água”, a recomendação será acolhida.</p> <p>Será também integrado um novo indicador, tendo por base a informação dos PGRH relativa ao índice de escassez hídrica (avaliando-se, desta forma, indiretamente, entre outros, a influência do volume de água captado na massa de água).</p>	Recomendação acolhida	<p>O indicador pressões qualitativas pontuais provém, diretamente, do PGRH. Uma vez que avalia o número de fontes consideradas, de facto não é qualitativo, mas sim quantitativo.</p> <p>Acrescentou-se, inicialmente, o indicador “Massas de água com escassez hídrica (n.º) (classe)”. No entanto, este foi retirado, uma vez que o PGRH publicado deixou de disponibilizar estes dados por MA.</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.19	12	<p>• FCD1 - Critério “Valores naturais e paisagísticos” – considera-se de retirar o indicador “Proporção de unidades industriais não localizadas em zonas industriais ou áreas de acolhimento industrial” que deverá ser integrado noutro critério. Atendendo ao objetivo de recuperação e valorização das linhas de água e ecossistemas ripícolas mencionado no Plano considera-se de incluir o indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”.</p>	<p>Considera-se que o indicador “Proporção de unidades industriais não localizadas em zonas industriais ou áreas de acolhimento industrial” é de extrema importância para se avaliar áreas que constituem, muitas vezes, dissonâncias que prejudicam a qualidade visual da paisagem. Concorde-se, no entanto, com a sua integração noutro critério do quadro de avaliação.</p> <p>Quanto ao indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”, o mesmo não será acolhido, tendo em conta a dificuldade de recolha de dados nesta matéria. Um indicador deste tipo seria profícuo se existisse, a priori, algum estudo que identificasse a extensão de linhas de água e galerias ripícolas que necessitem de recuperação/valorização.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Após nova ponderação, e face à necessidade de reduzir o número de indicadores, optou-se por retirar o indicador “Proporção de unidades industriais não localizadas em zonas industriais ou áreas de acolhimento industrial”.</p> <p>Salienta-se a existência de um indicador relacionado com a “Taxa de execução de espaço de atividades económicas (ha/ano)” (FDC4).</p>
AAE.20	12	<p>• FCD2 - Critério “Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico” – além da alteração da designação conforme já mencionado, considera-se de incluir os seguintes indicadores de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a promoção da eficiência hídrica: “Volume de água reciclada, utilizado” (m3) e “Rede separativa” (% face ao total de redes existentes).</p>	<p>Será ponderada a integração destes indicadores, ou de outros (dependendo dos dados disponíveis), que permitam avaliar de que forma o PDMC contribui para a promoção da eficiência hídrica</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Face à necessidade de redução do número de indicadores, não foram incluídos os indicadores sugeridos.</p> <p>Salienta-se que constam, do quadro de avaliação do RA, indicadores como “Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)” e “Perdas de água do sistema de abastecimento e de drenagem das águas residuais (l/(ramal.dia))”</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.21	12	<p>• FCD2 - Critério “Riscos Naturais” – além da alteração da designação conforme já mencionado, propõe-se que seja adicionado o indicador “Habitantes, edifícios, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural e misto” (n.º por tipologia ou por classe de risco).</p> <p>Recomenda-se ainda que seja adicionado o indicador “Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo” (hectares) de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a minimização, prevenção e adaptação do território face à probabilidade de ocorrência também deste risco.</p>	<p>Em face do objetivo de não tornar o quadro de avaliação demasiado extenso, a recomendação de integração do indicador “Habitantes, edifícios, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural e misto” (n.º por tipologia ou por classe de risco)” não será acolhida. Uma parte dessa avaliação é efetuada em instrumento próprio (PMEPC), concentrando-se na AAE uma seleção apenas dos indicadores mais relevantes para informar o processo de Revisão do PDM.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Conforme referido não foram integrados os indicadores propostos devido à necessidade de simplificar o Quadro de Avaliação.</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.22	13	<p>• FCD2 deverá identificar-se o Critério “Riscos Tecnológicos”, integrando indicadores que avaliem a esse risco. Sugere-se que se adicione o indicador “Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia” (indicado no critério “Riscos Naturais”).</p> <p>Atendendo às diferentes tipologias de risco/fontes de poluição identificadas no Plano, considera-se ainda de adicionar o indicador “Projetos, medidas e ações para identificação, controlo e redução/eliminação das fontes de poluição” (nº e tipo de intervenção).</p>	<p>No sentido de não multiplicar o número de critérios, e tendo em conta o que é referido na ponderação ao ponto AAE.13, será alterada a designação para “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”. Como sugerido pela Entidade, integrar-se-á no quadro de avaliação o indicador “Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia” (indicado no critério “Riscos Naturais”).</p> <p>A recomendação de integração do indicador “Projetos, medidas e ações para identificação, controlo e redução/eliminação das fontes de poluição” (nº e tipo de intervenção) não será acolhida. Por um lado, uma simples indicação do número e do tipo de projetos/medidas/ações, poderá dizer pouco sobre os resultados que estes podem efetivamente ter no território. Por outro lado, serão propostos, para a fase de seguimento, outros indicadores quantitativos, para os quais existem valores de referência, recolha periódica de dados e metas, que permitem medir, de forma mais adequada, o desempenho ambiental do concelho nesta matéria (ex.: indicadores como “Cobertura territorial da rede de drenagem das águas residuais urbanas (%)”, “Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%)”, “Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)”, “Emissão de gases de efeito estufa (kt CO₂eq)”.</p> <p>Note-se que as medidas de controlo/ indicadores de seguimento ainda não constavam do Relatório Ambiental Provisório entregue. Serão conteúdos a desenvolver na proposta de Relatório Ambiental que acompanhará a proposta de Plano para a 2.ª Reunião da Comissão Consultiva</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Quanto ao “Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia”, o mesmo acabou por não ser incluído como indicador, também devido à falta de dados quantitativos.</p> <p>Ainda assim, a sua análise é efetuada, em termos qualitativos, no âmbito do capítulo relativo ao critério “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”.</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.23	13	<i>No Capítulo 7.1.2.5 “Riscos Naturais e Industriais” – Pelos motivos já apontados, recomenda-se substituir essa designação por “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”. No âmbito dos riscos tecnológicos deverão ser consideradas as diferentes tipologias de risco identificadas no Plano para o território concelho e não apenas o resultante do transporte de matérias perigosas.</i>	<p>Conforme referido na ponderação ao ponto AAE.13, será alterada a designação para “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”</p> <p>Quando à segunda questão colocada, procurou-se focar o âmbito de análise da AAE nos riscos e no tipo de indústrias existentes no concelho.</p> <p>Ainda assim, não deixa de ser referida, sobretudo nas recomendações, a necessidade do modelo de ordenamento territorial e o regulamento do Plano internalizarem a minimização de riscos tecnológicos associados à exposição de pessoas a poluição química e substâncias perigosas. Nas recomendações, refere-se também que “caso se venham, no futuro, a instalar, no concelho, estabelecimentos enquadrados no regime de Prevenção de Acidentes Graves (PAG), deverão ser tidas em consideração as zonas de perigosidade associadas a estes estabelecimentos (de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto), sendo que, quando as mesmas vierem a ser aprovadas, deverão integrar a Planta de Condicionantes do PDM e de outros Planos Municipais em vigor”.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-
AAE.24	13	<i>Deverá adotar-se apenas uma designação para o FCD1: “Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico” ou “Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos”.</i>	-	Recomendação acolhida	Foi alterado e uniformizado para “Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos”.
AAE.25	13	<i>A lista das “Siglas e Acrónimos” deverá ser revista, de forma a garantir uma total correspondência com o Relatório Ambiental.</i>	-	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.26	13	<p>2. Fases seguintes do procedimento de AAE</p> <p>No que diz respeito às fases seguintes deste procedimento de AAE, importa considerar os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Está previsto legalmente que o RA seja acompanhado de um Resumo Não Técnico (RNT). O RNT deve ser um documento autónomo, sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem utilizada deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos. 	-	Recomendação acolhida	-
AAE.27	13	<ul style="list-style-type: none"> • Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e também na elaboração do RNT. 	-	Recomendação acolhida	-
AAE.28	13	<ul style="list-style-type: none"> • A ponderação dos contributos das entidades consultadas deve constar, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados. 	-	Recomendação acolhida	Corresponde ao Anexo I.
AAE.29	13	<ul style="list-style-type: none"> • Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública. Estes resultados deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente. 	-	Recomendação acolhida	-
AAE.30	13	<ul style="list-style-type: none"> • Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA, a disponibilizar no site da CM, deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência. 	-	Recomendação acolhida	Será entregue em fase subsequente.
AAE.31	13	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação desta Revisão do Plano em Diário da República, seja feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE. 	-	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.32	13-14	<ul style="list-style-type: none"> Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA. 	<p>A avaliação e controlo, a posteriori, dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano extravasa o âmbito deste procedimento.</p> <p>Será, no entanto, de assumir que a Câmara Municipal da Covilhã assegurará a elaboração de um Relatório de Avaliação e Controlo, a atualizar, com uma periodicidade mínima anual, de forma a assegurar o cumprimento do disposto no n.º 2 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.</p>	Recomendação acolhida	-
AAE.33	13	<p>3. Conclusão sobre a AAE</p> <p>Nas fases seguintes da AAE, que se deseja que se desenvolvam de forma interativa com a proposta de Plano, devem ser tidos em consideração os aspetos focados no presente parecer, reforçando-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> A AAE deve permitir garantir que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração da proposta de revisão do PDM, contribuindo, assim, para a adoção de soluções eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente e potenciem os efeitos positivos, decorrentes da sua implementação. 	-	Recomendação acolhida	-
AAE.34	13	<ul style="list-style-type: none"> Deve ser clara a articulação da proposta de revisão do PDM com a AAE realizada. De acordo com o definido no RJAAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de revisão do PDM e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do PDM deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do Plano. 	-	Recomendação acolhida	-
AAE.35	13	<ul style="list-style-type: none"> Reforça-se a importância de, na proposta de Plano e na AAE, dever ser apresentada a ponderação da globalidade dos pareceres emitidos nesta fase e a indicação clara dos contributos integrados nas várias peças do Plano e a justificação dos contributos eventualmente não considerados. 	-	Recomendação acolhida	-

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.01	40	<p><i>Entendemos, contudo, oportuno referir os seguintes aspetos – críticas e contributos – que merecem melhor desenvolvimento/acolhimento no documento final do RA, no sentido da obtenção de um melhor documento destinado a avaliar os efeitos da implementação das ações previstas na revisão do PDM:</i></p> <p><i>- Relativamente a cada FCD, não podem ser esquecidas as matérias específicas das propostas (e programa de execução) da revisão do PDM em apreço. Ou seja, quer em termos de “Critérios de sustentabilidade” (págs. 51-52), quer de “Critérios” e “Indicadores de avaliação” (quadro 6, págs.54-56), bem como na “Análise de tendências e situação atual” (pág. 58 e seguintes), entendemos que estão em falta situações concretas da proposta de ordenamento:</i></p> <p><i>• No FCD3 (Ordenamento e Coesão Territorial): identificação/contabilização/grau de ocupação do solo urbano, aglomerados rurais, AED e das 15 UOPG’s;</i></p>	<p>Importa clarificar o âmbito distinto entre a Análise de Tendências e Situação Atual e a Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta.</p> <p>Assim, a Análise de Tendências e Situação Atual foca-se, sobretudo, nas tendências de evolução do território municipal que se têm verificado em diversos domínios. Essa Análise apresenta-se organizada de acordo com os diferentes critérios estabelecidos por FCD, sendo estruturada pelos de indicadores de avaliação pré-estabelecidos.</p> <p>A Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta, por seu turno, é o principal conteúdo adicional a desenvolver na versão final do RA.</p> <p>Nessa versão final do RA, serão produzidos quadros de avaliação de efeitos significativos, para cada FCD, dos quais irá constar a avaliação das propostas preliminares do plano, considerando a descrição dos efeitos, a sua natureza o tipo de efeito, a ocorrência e a duração.</p> <p>Serão ainda analisadas as diferentes propostas (regulamentares, de ordenamento e programáticas), organizadas em função dos eixos e objetivos estratégicos da Revisão do PDM, por forma a garantir que a avaliação efetuada se ajusta ao conteúdo material e documental do Plano.</p> <p>Os resultados desta avaliação irão possibilitar a identificação das oportunidades e riscos que o plano acarreta, de um ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, bem como a elaboração de recomendações para otimização das suas propostas e à definição das diretrizes para o seguimento.</p> <p>Nas tabelas de Avaliação dos Efeitos Significativos, serão considerados/avaliados os aspetos relativos à “identificação/ contabilização/ grau de ocupação do solo urbano, aglomerados rurais, AED e das 15 UOPG’s”.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.02	40	<ul style="list-style-type: none"> No FCD4 (Desenvolvimento Socioeconómico): identificação/contabilização/grau de ocupação dos espaços de atividades económicas, dos espaços de atividades industriais e das UOPGs para estes fins, nomeadamente a UOPG 8 e a UOPG 14; 	<p>Na sequência do parecer da CCDRC ao RFCD, foi integrado, no quadro de avaliação, o indicador “Taxa de execução de espaço de atividades económicas (ha/ano)”. No âmbito deste indicador, é analisada a ocupação industrial dentro e fora do solo qualificado para essas funções. Considera-se que essa análise (da situação atual) já se encontra bastante bem desenvolvida no Relatório Ambiental Preliminar.</p> <p>Na versão do RA a apresentar em sede da 2.ª reunião plenária da Comissão Consultiva, esse tipo de análise será estendido às áreas propostas no âmbito da Revisão do PDM.</p>	Recomendação acolhida	<p>O indicador “Taxa de execução de espaço de atividades económicas (ha/ano)” foi eliminado e substituído pelo indicador “Superfície da zona industrial ocupada por indústria (ha)”.</p>
AAE.03	40	<ul style="list-style-type: none"> o Objetivo do FCD3 é “Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável, promovendo a afirmação do Concelho no contexto regional, fomentando a diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e reforço do policentrismo. Pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos (...)”, pelo que se considera pertinente que seja dado mais destaque aos Indicadores inerentes ao “Sistema urbano”; <p>A CCDRC tem o mesmo entendimento sobre o FCD 4 (Desenvolvimento socioeconómico), onde é pertinente referir e apresentar indicadores inerentes à ocupação dos espaços de atividades económicas, bem como à execução das UOPG (atendendo a que se trata de propostas relevantes e com os impactos no território e no ambiente);</p>	Ver ponderação ao ponto anterior.	Recomendação acolhida	-

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.04	40	<p>• <i>Reitera-se a sugestão de incluir os indicadores 'Taxa de execução de espaço programado (ha/ano)' e 'N.º de pedidos de regularização de atividades económicas no âmbito do RERAE', pois considera-se informação útil para a avaliação da proposta de Revisão do PDMC;</i></p>	<p>Irà ser efetuada a integração do indicador 'N.º de pedidos de regularização de atividades económicas no âmbito do RERAE'.</p> <p>Nas tabelas de Avaliação dos Efeitos Significativos, serão considerados/avaliados os aspetos relativos à execução do solo urbano programado (AUC, UOPG e áreas a infraestruturar), prevendo-se qual a taxa de execução subjacente ao cumprimento do definido no Programa de Execução em matéria de programação das ações. Este é também um importante indicador a contemplar no Programa de Seguimento da AAE, enquanto indicador de monitorização/controlo.</p>	Recomendação acolhida	Após uma nova ponderação, e considerando o esforço de síntese que foi sugerido, optou-se por não incluir este indicador.
AAE.05	40	<p>• <i>Deverão ainda ser considerados indicadores que traduzam o "n.º de estabelecimentos industriais em solo rural" e a concretização das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (indicadores de controlo).</i></p>	<p>Sobre a sugestão de inclusão de indicador de avaliação relacionado com o "n.º de estabelecimentos industriais em solo rural", considera-se que o mesmo poderá ser útil para avaliar o histórico (evolução tendencial). Também se poderá assumir como indicador de monitorização/controlo.</p> <p>Sobre a concretização das UOPG (indicador de controlo), remete-se para o comentário anterior.</p>	Recomendação acolhida	Após uma nova ponderação, e considerando o esforço de síntese que foi sugerido, optou-se por não incluir o referido indicador.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.06	40-41	<p>- Na análise de tendências e situação atual (págs 58 e seguintes), seria expectável mais informação relativa à proposta de revisão plano, nomeadamente sobre as propostas de infraestruturas programadas e UOPG, sobre as zonas inundáveis, áreas em REN, áreas em RAN, áreas por categoria de solo, que servissem de base à avaliação ambiental na implementação do PDM.</p>	<p>Importa clarificar o âmbito distinto entre a Análise de Tendências e Situação Atual (que consta da versão preliminar de Relatório Ambiental apresentada) e a Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta (que irá constar da versão do Relatório Ambiental a apresentar em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva).</p> <p>Assim, a Análise de Tendências e Situação Atual foca-se, sobretudo, nas tendências de evolução do território municipal que se têm verificado em diversos domínios. A Análise de Tendências e Situação Atual apresenta-se organizada de acordo com os diferentes critérios estabelecidos por FCD, sendo esta análise estruturada pelo conjunto de indicadores de avaliação pré-estabelecidos.</p> <p>A Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta, por seu turno, será o principal conteúdo adicional a desenvolver na versão do Relatório Ambiental a apresentar em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva.</p> <p>Nessa versão do Relatório Ambiental, serão produzidos um conjunto de quadros de avaliação de efeitos significativos, para cada FCD, dos quais irá constar a avaliação das propostas preliminares do plano, considerando a descrição dos efeitos, a sua natureza o tipo de efeito, a ocorrência e a duração.</p> <p>Serão ainda analisadas as diferentes propostas (regulamentares, de ordenamento e programáticas), organizadas em função dos eixos e objetivos estratégicos da Revisão do PDM, por forma a garantir que a avaliação efetuada se ajusta ao conteúdo material e documental do Plano.</p> <p>Os resultados desta avaliação irão possibilitar a identificação das oportunidades e riscos que o mesmo plano acarreta, de um ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, bem como à elaboração de recomendações para otimização das suas propostas e à definição das diretrizes para o seguimento.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.07	41	- Embora sejam mencionadas as Fontes de informação ao longo da Análise de Tendências considera-se que no quadro 6 (Quadro de Avaliação - FCD, Critérios e Indicadores de Avaliação, págs. 54 e seguintes), as respetivas Fontes de informação devem estar associadas aos indicadores de avaliação.	A recomendação será acolhida na versão do Relatório Ambiental a apresentar em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva	Recomendação acolhida	-
AAE.08	41	- O RA deve apresentar um Programa de Seguimento, identificando indicadores de seguimento, de acordo com as seguintes recomendações: <ul style="list-style-type: none"> • Não devem ser referidos indicadores cujo âmbito extravase o conteúdo material do Plano diretor municipal; • Apresentar todas as unidades/métrica e respetivas Fontes de Informação; • A sua definição deve permitir/facilitar a sua mensuração e quantificação; • Associar os indicadores a uma situação de partida e a metas a atingir; • Articular os indicadores propostos com indicadores que possam resultar da elaboração e implementação de outros Planos para evitar redundância. 	Na versão do Relatório Ambiental Provisório submetida a apreciação ainda não constava o Plano de Seguimento. Recomendação será acolhida na versão do Relatório Ambiental a apresentar em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva.	Recomendação acolhida	-
AAE.09	41	- Sobre as ações a desenvolver identificadas e reportadas à CCDRC, I.P., no âmbito do Quadro de Governança (capítulo 9), alerta-se que as mesmas não deverão extravasar as atribuições que, a esta entidade, estão cometidas, designadamente as estabelecidas no Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26/05, na Portaria n.º 405/2023, de 5/12 e na Deliberação n.º 538/2024, de 22/04. Neste sentido importa referir que não é da competência da CCDRC fomentar e apoiar o processo de participação pública (é matéria da competência da CM), nem acompanhar a fase de monitorização do Plano (como referido no quadro de governança que consta na página 160). Realça-se, ainda, que desde o dia 1 de março de 2024 a antiga Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro se encontra integrada na CCDRC, IP.	Recomendação será acolhida na versão do Relatório Ambiental a apresentar em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.10	41	- O RA deve ser acompanhado do <i>Resumo Não Técnico (RNT)</i> – documento que deve ser sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os públicos.	Recomendação será acolhida na versão do Relatório Ambiental a apresentar em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva	Recomendação acolhida	-

Direção-Geral de Energia e Geologia (DGE)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.01	2	No documento <i>Relatório Ambiental Provisório de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)</i> , no capítulo 8.2 FCD2 - QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS onde consta "...Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infraestruturas das concessões de gás natural..." ponderar substituir por "...Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação de infraestruturas de rede de transporte e de distribuição (gasodutos de média pressão) de gás natural,...".	No capítulo 8.2 do RA, alterar a redação, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.02	8	<p>Ponto 7. Avaliação estratégica por FCD / 7.1 Análise de tendências e situação atual /7.1.3 Valores naturais e paisagísticos</p> <p><i>São referidas 5 áreas de prospeção e pesquisa, sendo, no entanto, enumeradas quatro, faltando a referência à área afeta ao pedido de prospeção e pesquisa denominado "Belmonte", com uma área total 74,20 km², pelo que a mesma deverá ser acrescentada no texto.</i></p>	<p>Rever a abordagem desenvolvida no RA e assumir a referência à área mencionada pela entidade.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>	<p>De acordo com a informação mais recente, consultada em maio de 2025 no portal dados.gov.pt (https://dados.gov.pt/pt/datasets/prospecao-e-pesquisa-de-depositos-minerais), bem como no geovisualizador da DGEG, estas áreas de prospeção e pesquisa já não se encontram identificadas.</p> <p>Assim sendo, foi retirada esta referência do RA.</p>

Património Cultural, I.P. (PC)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.01	7	2.19. No ponto 7.1.1.4, Património Cultural, clarifica-se que, à data, existem no Concelho da Covilhã 25 imóveis classificados e não 4, para além dos 4 em vias de classificação.	Na secção 7.1.1.4 do Relatório Ambiental, adequar a informação relativa aos imóveis classificados, tendo em consideração a sugestão da entidade e a conformidade com a listagem de imóveis classificados constante da Tabela 1.1. (Património classificado) do Anexo I (Património cultural) do Regulamento do Plano	Recomendação acolhida	Alterado. (O subcapítulo 7.1.4 já não existe, visto que o património cultural foi integrado no critério “Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos”)
AAE.02	7	2.20. Neste ponto referem ainda um total de 11 imóveis inventariados, sem proteção legal, de acordo com os Estudos de caracterização e com a informação da DGPC. De facto, na pesquisa do património imóvel na página da DGPC/Património Cultural registam-se esses imóveis. Todavia, no Anexo I do Regulamento do PDM encontra-se uma vasta listagem de património inventariado, e que se considerou muito positivo, que deverá ser devidamente abordada neste ponto da AAE.	Acolher a recomendação, abordando o património inventariado/identificado no Anexo I do Regulamento do PDM.	Recomendação acolhida	-
AAE.03	7	2.21. No quadro 15, com o Património Classificado ou em Vias de Classificação verifica-se: a) O imóvel com o nº 14, classificado como MIP, encontra-se repetido na linha dos Em vias de classificação. b) Nessa linha deverá constar o imóvel nº 29. c) O imóvel nº 25 não se encontra incluído.	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.04	8	2.22. No quadro 36, a Direção-Geral do Património Cultural deverá ser substituída pelo Património Cultural, IP e CCDRC	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.05	22	<p>10.4. O FCD 1 “Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hidrológicos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho” (p.48);</p> <p>10.4.1. Não sendo feita qualquer referência ao património arqueológico que também integra o património cultural e atendendo a que o mesmo deve ser devidamente considerado nas políticas municipais de gestão territorial de forma a evitar a sua destruição, deve a respetiva redação dos objetivos deste FCD1, passar a fazer referência também ao património arqueológico passando a ter a seguinte redação:</p> <p>“(…) através da valorização e reabilitação do património construído,” <u>proteção e defesa do património arqueológico</u>, “promoção dos valores culturais” (arqueológicos”, “construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (...)” (p.48);</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.06	23	<p>10.5.1. Na definição dos FCD no Quadro 5, tal como referido em 10.4.1., deve passar a constar a menção ao património arqueológico;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.07	23	<p>10.7. Nos objetivos estabelecidos para a avaliação do FCD1 no ponto 7.1.1. do relatório deve proceder-se à inserção da menção ao património arqueológico conforme referido em 10.4.1. do presente parecer;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.08	23	<p>10.8.2. Sobre o património arqueológico refere-se que de acordo com o Portal do Arqueólogo (consultado em 2024) estão inventariados 145 sítios arqueológicos no concelho da Covilhã; ora, não só este número não está bem uma vez que na presente data o Portal do Arqueólogo refere a existência de 197 elementos do património arqueológico, como também difere do número de sítios que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (datados de 2022) onde se referia a existência de 193 sítios arqueológicos; desta forma deve proceder-se à correção do número de sítios existente no concelho da Covilhã, tendo por base a tabela que consta dos Estudos de Caracterização, a qual deve ser atualizada com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer;</p>	<p>Acolher a recomendação.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.23.</p>	Recomendação acolhida	-
AAE.09	23	<p>10.9. No ponto “7.2. Avaliação das Opções Estratégicas do Plano” identificam-se os riscos e oportunidades relacionados com os vários FCD decorrente dos Objetivos Estratégicos estabelecidos para a 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, destacando-se o seguinte para o FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos:</p> <p>10.9.1. No âmbito do OE 1 refere-se que a revisão do PDM é uma oportunidade para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - melhorar a eficiência da utilização do recurso solo e maior adequação com a conservação do património arquitetónico e arqueológico, e da paisagem; - valorizar o património construído e evitar a perda de identidade dos seus traços mais marcantes; <p>10.9.1.1. Para além do referido deve ainda acrescentar-se o seguinte como oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proceder ao levantamento arqueológico do concelho e à realocação de sítios arqueológicos para elaborar a Carta de Património Arqueológica; 	<p>O Quadro 35 constitui um elemento de avaliação prévia (dos riscos e oportunidades) que decorrem dos Objetivos Estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC. Deste modo, não haverá lugar a uma atualização deste quadro na próxima versão de RA a apresentar, uma vez que ele será substituído por um conjunto de quadros de avaliação de efeitos significativos, onde se analisam as diferentes propostas (regulamentares, de ordenamento e programáticas), organizadas em função dos eixos e objetivos estratégicos da Revisão do PDM, por forma a garantir que a avaliação efetuada se ajusta ao conteúdo material e documental do Plano.</p> <p>Ainda assim, esta preocupação será tida em conta no desenvolvimento da AAE, podendo figurar como uma das medidas de planeamento e gestão a ter em conta (recomendações suscitadas pela análise efetuada à proposta final, com o objetivo de contribuir para o assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, considerando, também, as principais tendências territoriais e os riscos e oportunidades que se colocam ao desenvolvimento no médio/longo prazo).</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.10	23	<p>10.9.2. No âmbito do OE 5 para além do referido deverá ainda acrescentar-se o seguinte:</p> <p>- É importante acautelar o risco de afetação/destruição de valores arqueológicos decorrentes de atividades agrícolas e florestais, se não forem implementadas as necessárias medidas de salvaguarda dos mesmos;</p>	Ver ponderação ao ponto AAE.09.	Recomendação parcialmente acolhida	-
AAE.11	24	<p>10.10. Nas recomendações, onde se apresentam soluções para a adoção de medidas que reduzam os efeitos negativos do plano, indicam-se as seguintes com relação com o património cultural: 10.10.1. As áreas de servidão administrativa devem ser objeto de medidas de proteção especial em conformidade com o regime jurídico próprio, devendo favorecer-se a sua conservação e valorização; 10.10.2. "Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas non aedificandi." (p.150); 10.10.3. Propor ações de reabilitação, conservação e valorização do património construído e avaliar a pertinência de abertura de processo de classificação de imóveis inventariados, nomeadamente no âmbito do património industrial relacionado com os lanifícios, avaliando ações de reabilitação e de riscos associados; 10.10.4. Garantir normas regulamentares específicas que tenham em consideração eventuais achados arqueológicos em empreendimentos de grande magnitude e as operações urbanísticas que impliquem grandes movimentações de terras e as operações de reabilitação urbana; 10.10.5. Garantir que as melhorias na rede de acessibilidade rodoviária minimizem os impactos ao nível da paisagem e de afetação de valores naturais e culturais;</p> <p>10.11. Para além das recomendações referidas no ponto 10.10. deverá ainda ser acrescentada a seguinte:</p> <p>10.11.1. Garantir que os projetos agrícolas (incluindo as redes de rega) e florestais sejam objeto de normas regulamentares específicas, de forma a salvaguardar e proteger os mesmos;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.12	24	<p>10.12. No Quadro 36. Quadro de Governança são atribuídas as seguintes responsabilidades à DGPC:</p> <p><i>“Participação no estudo, investigação e divulgação do Património Cultural Imóvel e Imaterial português, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, pela realização de obras de conservação e restauro nos monumentos e sítios arqueológicos classificados, em vias de classificação ou de elevado interesse histórico, artístico e científico e pela gestão de uma vasta rede de monumentos e sítios arqueológicos distribuídos pelo território nacional continental, incluindo a documentação e inventário do Património Cultural Imaterial.” (p. 161), devendo ser tido em consideração o seguinte:</i></p> <p>10.12.1. A DGPC foi extinta a 31.21.2023, devendo, portanto, a referência à mesma ser suprimida, e parte das suas competências foram transferidas para o Património Cultural, I.P (Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro) e outra parte para as Comissões Coordenação de Desenvolvimento Regional, pelo que terá de ser revisto o que transitou para o PC, IP e o que transitou para as CCDR para constar do quadro de governança;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.13	24	<p>10.12.2. Nem o PC, I.P. nem as CCDR tem responsabilidade de realizar obras de conservação e restauro de monumentos e sítios classificados, exceto dos que lhe estão afetos, pelo que o referido deverá ser revisto em conformidade;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.14	25	<p>10.12.3. Entre outras competências, compete ao PC, I.P. “(...) desenvolver e atualizar os arquivos documentais e as bibliotecas afetas, bem como os sistemas de informação para o inventário do património arquitetónico, arqueológico e imaterial, e assegurar o acesso do público a essa informação” (alínea q) do Artigo 4.º do DL n.º 78/2023 de 4 de setembro.</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	Alterado.

Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.01	11-12	<p>No âmbito do procedimento de AAE, da análise ao RAP, elaborado em maio de 2024, no que respeita à representação da IP, SA, salvaguarda-se que o entendimento desta empresa tem sido o de que a pertinência do seu contributo decorre da sua qualidade como “entidade representativa de interesse a ponderar” (ERIP), ou seja, como entidade com competências específicas no setor rodoviário, e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).</p> <p>Mesmo na perspetiva de que as rodoferroviárias podem acarretar riscos e/ou danos ambientais (como é o caso do ruído enquanto fator gerador da poluição), é a Proposta de Plano, em última instância, que à IP, SA caberá avaliar (sendo que a defesa, em geral, contra as fontes de poluição sonora – para utilizar o mesmo exemplo – competirá a outras entidades).</p>	<p>Este entendimento é concordante com a não integração, desta entidade, no Quadro de Governança, estabelecido no RA Provisório.</p> <p>Deste modo, considera-se que este contributo já se encontra acolhido.</p>	Recomendação acolhida	-

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.02	11-12	<p>No âmbito do Quadro de Referência Estratégica (QRE), no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, reitera-se o já referido no parecer anterior, uma vez que consideramos que o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), deverá ser tido como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, e de ser possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano com incidência no concelho da Covilhã. <i>Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do FCD3.Ordenamento e Coesão territorial, o qual tem como critério de sustentabilidade "Mobilidade - Avaliação das propostas do plano ao nível dos sistemas de mobilidade urbana, do grau de cobertura territorial e qualidade dos serviços de transporte público e do potencial de transição para modos suaves e outros meios de transporte mais sustentáveis". Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.</i></p>	<p>O PRN será integrado no QRE na próxima versão de RA a apresentar.</p> <p>Serão adequadas as referências à rede rodoviária e rede ferroviária em conformidade com as alterações nos restantes elementos do Plano, decorrentes dos contributos assumidos pela IP no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva.</p>	Recomendação acolhida	-

Turismo de Portugal, I.P. (TP)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
AAE.01	8	<i>Sobre o FCD 4 – Desenvolvimento Económico, e em concreto sobre o Critério de Avaliação “Turismo”, tecem-se os seguintes comentários: a) O indicador “Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)” agrega duas realidades muito distintas (empreendimentos turísticos e os estabelecimentos de alojamento local), sugerindo-se subdividir este indicador em dois “N.º de empreendimentos turísticos” e “N.º de Estabelecimentos de Alojamento Local”;</i>	Apesar de estar apenas identificado um indicador, a análise, do ponto de vista desse indicador, distingue estas duas tipologias de estabelecimentos de alojamento local e empreendimentos Turísticos.	Recomendação acolhida	Face à necessidade expressa de redução do número de indicadores, foi mantido apenas um indicador.
AAE.02	8	<i>b) Quanto ao indicador “Capacidade de alojamento turístico por categoria de estabelecimento (n.º de camas)”, considera-se mais adequado definir os seguintes Indicadores: “Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (camas/utentes)” e “Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local (utentes)”;</i>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	Face à necessidade expressa de redução do número de indicadores, e contrariamente ao que havia sido indicado num primeiro momento, foi mantido apenas um indicador. Mantém-se o referido no ponto anterior.
AAE.03	8	<i>c) Relativamente ao indicador “Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes” propõe-se retificar a redação para “Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)”. Lembramos que este indicador engloba as dormidas em empreendimentos turísticos e em estabelecimentos de alojamento local, de forma a englobar a globalidade de procura de alojamento;</i>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.04	8	<i>d) Sobre o indicador “Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)”, deverá a redação ser retificada para “Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)”;</i>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-
AAE.05	8	<i>e) Considerando os critérios de sustentabilidade do FCD 4 (Desenvolvimento Económico), em que se alude ao aumento de atratividade para o turismo e duração de estadias (pág. 52), propõe-se acrescentar o seguinte indicador: “Estada média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (N.º de noites)”.</i>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	Optou-se por não subdividir ou acrescentar indicadores, devido à necessidade de simplificar o Quadro de Avaliação expressa por diversas entidades.

**Pareceres relativos ao Relatório Ambiental, emitidos no âmbito da 2.ª Reunião Plenária
da Comissão Consultiva**

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA-ARHTO)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.01	12	<i>(...) reiterasse a necessidade de, em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, os critérios de avaliação serem limitados a dois por FCD, o mesmo se aplicando aos indicadores apresentados por critério, que devem ser limitados a dois ou três por critério. O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não deve ser exaustivo, mas sim focar-se nos pontos principais de decisão, pelo que se sugere um adicional esforço de síntese nos critérios e indicadores selecionados na próxima versão do RA a apresentar.</i>	<p>Reitera-se a ponderação do anterior parecer, de acordo com as seguintes considerações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Na versão do RA que integra os elementos submetidos no âmbito da 2.ª Reunião da CC, foi efetuado um esforço de síntese do Quadro de Avaliação face à versão antecedente (remetida no âmbito da 1.ª Reunião da CC), tendo-se passado de 18 para 16 critérios de sustentabilidade e de 74 para 53 indicadores de avaliação, tendo-se eliminado 2CS e 21 indicadores. Ao longo de todo o processo, outras ERAE foram apontando, como sugestão, a inclusão de novos critérios/indicadores (todos eles pertinentes dentro dos diferentes domínios), não sugerindo especificamente critérios/indicadores que considerassem dispensáveis. Nesse sentido, foi necessário um esforço de conciliar indicações que podem, em certos casos, ser contraditórias. Constata-se ainda que, nesta fase já avançada da AAE, que acompanha a proposta de revisão do PDMC para Discussão Pública, será desaconselhável rever a análise de tendências, considerando que esta serviu para tomar conhecimento das condições da evolução do território, previamente à avaliação dos efeitos significativos do Plano. <p>Deste modo, opta-se por manter o Quadro de Avaliação da versão de RA submetida 2.ª Reunião da CC.</p>	Recomendação não acolhida	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.02	12	<i>No que diz respeito aos aspetos relacionados com a proteção, conservação e valorização dos recursos hídricos, e tendo por base o parecer emitido na fase anterior deste procedimento e o respetivo quadro de ponderação apresentado no Anexo II ao Relatório Ambiental, considera-se de referir que parte significativa das recomendações apresentadas não foram consideradas apesar de, esse quadro, mencionar precisamente o oposto.</i>	Não sendo referido, concretamente, quais os pontos (devidamente identificados com código) em que se considera que existe essa incoerência, procede-se a uma verificação geral da concordância entre o resultado das ponderações e as respetivas notas e comentários, corrigindo-se o quadro de ponderação, caso necessário.	Recomendação acolhida	-

RA.03	12	<p>Quadro 7. Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Para o FCD1/Critério “Recursos hídricos” – no anterior parecer sobre o RA Provisório recomendou-se retirar os indicadores apresentados quanto à qualidade da água atendendo a que os mesmos se encontravam formulados de forma incorreta, sugerindo-se a sua substituição pelo indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas (% das massas de água em Bom Estado/potencial).” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das 	<p>Conforme se pode observar na imagem abaixo, o quadro de ponderação anterior remetido no Anexo II do RA, não referia a inclusão do indicador em substituição. A indicação “Recomendação acolhida” pode ter sido imprecisa, devendo-se referir “Recomendação parcialmente acolhida”.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>N. REF.</th><th>PÁG. DO PARECER</th><th>EXTRATO DO PARECER</th><th>NOTAS E COMENTÁRIOS</th><th>RESULTADO DA PONDERAÇÃO</th><th>NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AAE.17</td><td>12</td><td> <p>* FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico. - A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico. - A avaliação do estado global das massas de água subterrânea envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo. <p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p> </td><td>-</td><td>Recomendação acolhida</td><td>Foram retirados os seguintes indicadores: “Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”</td></tr> </tbody> </table> <p>Relativamente à inclusão do indicador “<u>Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas (% das massas de água em Bom Estado/potencial)</u>” reitera-se a ponderação ao ponto RA.01, no que respeita à pertinência do exercício de síntese do Quadro de Avaliação.</p> <p>De qualquer modo, ressalva-se que a análise do estado das MA superficiais e subterrâneas se considera bastante relevante para AAE, mantendo-se no conteúdo da Análise de Tendências, conforme se verifica nas páginas 64 a 65.</p>	N. REF.	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO	AAE.17	12	<p>* FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico. - A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico. - A avaliação do estado global das massas de água subterrânea envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo. <p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p>	-	Recomendação acolhida	Foram retirados os seguintes indicadores: “Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”	Recomendação não acolhida	-
N. REF.	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO												
AAE.17	12	<p>* FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico. - A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico. - A avaliação do estado global das massas de água subterrânea envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo. <p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p>	-	Recomendação acolhida	Foram retirados os seguintes indicadores: “Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”												

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
		<p><i>massas de água subterrâneas.</i></p> <p><i>O Quadro de ponderação do Anexo II refere que a recomendação foi acolhida. Foram retirados os dois indicadores, mas não foi incluído o indicador que se apresentou em substituição. Recomenda-se novamente, integrar o indicador proposto.</i></p>			

RA.04	12 / 13	<p>Quadro 7. Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Para o FCD1 - Critério “Valores naturais, culturais e paisagísticos” – no anterior parecer recomendou-se que “Atendendo ao objetivo de recuperação e valorização das linhas de água e ecossistemas ripícolas mencionado no Plano considera-se de incluir o indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”. <p>Esse indicador não foi considerado, tendo sido apresentada a seguinte justificação: “Quanto ao indicador (...), o mesmo não será acolhido, tendo em conta a dificuldade de recolha de dados nesta matéria. Um indicador deste tipo seria profícuo se existisse, a priori, algum estudo que identificasse a extensão</p>	<p>As ações de recuperação e valorização das linhas de água mencionadas, nas ribeiras da Carpinteira e da Goldra, já se encontram referidas na Análise de Tendências do respetivo RA, a partir da informação conhecida disponível, citando-se:</p> <p><i>“No âmbito do restauro ecológico, a Câmara Municipal da Covilhã tem vindo a desenvolver ações de limpeza de cursos de água no concelho, através de candidaturas a programas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Foi feita uma intervenção envolvendo a “totalidade” da Ribeira da Goldra e “alguns troços” da Ribeira da Carpinteira com trabalhos que envolvem a desmatização na proximidade do leito, trabalhos orientados para a limpeza de zonas atingidas por incêndios. O mesmo programa aprovou também intervenções em cursos de água em freguesias rurais. Foram feitas intervenções no Rio Zêzere, na freguesia do Barco e vários afluentes naquela freguesia, e nas Ribeiras do Paul, Cortes e Erada que também foram atingidas por incêndios. (CMC, 2022)”</i> (página 73 do Relatório Ambiental).</p> <p>Relativamente à integração deste indicador, elencam-se os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não sendo possível precisar a extensão das linhas de água intervencionada e dada a extensa rede hidrográfica do município, antevê-se difícil a quantificação deste indicador, obrigando a desenvolver um levantamento cartográfico destas ações; As intervenções em cursos de água previstas no PEPF da proposta de revisão do Plano foram avaliadas no âmbito da Avaliação dos Efeitos Significativos (Capítulo 8) do Relatório Ambiental e não na Análise de Tendências, uma vez que esta se dedica à evolução do território (sem correlacionar com as propostas do Plano); Reforça-se, conforme já referido, que, nesta fase já avançada da AAE, não será muito aconselhável rever a análise de tendências, considerando que esta serviu para tomar conhecimento das condições da evolução do território, previamente à avaliação dos efeitos significativos do Plano. A introdução de novos indicadores dificulta/contraria o referido pela entidade (ver ponto RA.01): “O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não deve ser exaustivo, mas sim focar-se nos pontos principais de decisão”. Embora seja uma matéria bastante relevante, a recuperação e valorização de linhas de água não constitui um dos “principais pontos de decisão” do PDM, havendo outros instrumentos/planos mais adequados a este efeito. <p>Deste modo, reitera-se a posição anterior de não acolher o novo indicador, referindo-se, apesar de tudo, que este indicador é integrado como indicador de seguimento (ver ponto RA.08).</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>	<p>-</p>
-------	---------	---	--	---	----------

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
		<p>de linhas de água e galerias ripícolas que necessitem de recuperação/valorização.</p> <p>”.</p> <p>Salienta-se que o Regulamento e o Relatório da Proposta do Plano enquadram este objetivo. No Programa de Execução/Plano de Financiamento, estão previstas ações de recuperação dos corredores ecológicos da Ribeira da Carpinteira e da Ribeira da Goldra. Ao abrigo de várias iniciativas camarárias e do Programa Polis foram já desenvolvidos vários estudos e ações para a reabilitação dessas ribeiras. Recomenda-se, neste contexto, manter o indicador proposto.</p>			

RA.05	13	<p><i>Quadro 7. Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Para o FCD2 /Critério “Riscos Naturais” – recomendou-se adicionar o indicador “Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo (hectares)” de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a minimização, prevenção e adaptação do território face à probabilidade de ocorrência também deste risco.</i> <p><i>Esse indicador não foi considerado. O quadro de ponderação justifica a sua não inclusão com a necessidade de “concentrar na AAE uma seleção apenas dos indicadores mais relevantes” e de “simplificar o quadro de avaliação”. Concorde-se com essa necessidade, mas informa-se que o risco de erosão hídrica</i></p>	<p>Acolhe-se a sugestão da entidade, substituindo-se os indicadores “Territórios artificializados em zonas ameaçadas pelas cheias (ha)” e “Territórios artificializados em áreas de instabilidade de vertentes (ha)” por “<i>Territórios artificializados em áreas de risco natural (hectares, por tipologia de risco)</i>”, onde se inclui a avaliação dos Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>	-
-------	----	--	--	-------------------------------------	---

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
		<p>corresponde ao principal risco natural identificado para o concelho.</p> <p>Neste contexto, recomenda-se, novamente, integrar o indicador proposto ou, de forma a simplificar o quadro de indicadores recomenda-se a adoção de um indicador que integre todos os riscos naturais identificados para o concelho: "Territórios artificializados em áreas de risco natural (hectares, por tipologia de risco)".</p>			
RA.06	13	<p>Capítulo 9.3 Medidas de Controlo - no Quadro 61, recomenda-se que os indicadores se organizem por critérios e que esse quadro seja revisto atendendo a que foram suprimidos critérios/indicadores fundamentais nomeadamente no que se refere aos riscos e alterações climáticas</p>	<p>Cumprindo o sugerido no "Guia de Melhores Práticas para AAE", e também o referido na Nota Técnica publicada pela APA (NT.AAE.2/2020), propõe-se um número reduzido de indicadores de seguimento (inferior a 20), facto que torna a leitura do Quadro 61 relativamente simples, não sendo necessária a criação de subdivisões relativas a critérios.</p> <p>Para além do indicador "Emissões de gases com potencial efeito de estufa (kton)", que constava já da versão anterior do RA e se mantém, são ainda acrescentados outros indicadores relacionados com riscos, nomeadamente em áreas da REN (ver ponderação ao parecer da CCDRC – ponto RA.04).</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.07	13	Para o FCD1-Biodiversidade, valores culturais e paisagísticos (...): Incluir indicadores que permitam avaliar de que forma o PDM poderá vir a contribuir para melhorar a eficiência de utilização da água no concelho sugerindo-se em complemento dos indicadores já apresentados, o seguinte: "Reutilização das águas residuais (% por tipo de uso)"	Integra-se o indicador "Produção de água para reutilização" disponibilizado pela ERSAR.	Recomendação não acolhida	O indicador acabou por não ser integrado, uma vez que a plataforma da ERSAR referia o seguinte: "o indicador encontra-se em fase de teste, não sendo objeto de avaliação"
RA.08	13	Para o FCD1-Biodiversidade, valores culturais e paisagísticos (...): Incluir o indicador: "Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)", conforme justificação já mencionada no presente parecer e intervenção prevista no Programa de Execução.	Integra-se o indicador "Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)", contudo, pelos motivos identificados no ponto RA.04, não será identificado um valor base.	Recomendação acolhida	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.09	13	<p>Para o FCD2 – Qualidade ambiental e riscos, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Retificar o indicador apresentado “Perdas de água do sistema de abastecimento e de drenagem das águas residuais” pelo seguinte: <ul style="list-style-type: none"> Perdas reais de água no sistema de abastecimento o de água (l/ramal/dia))” - porque interessa sobretudo considerar as perdas físicas durante o processo de distribuição. <p>Para este indicador, a ERSAR constitui-se também como fonte de informação.</p>	Altera-se o indicador em conformidade com o indicador disponibilizado pela ERSAR.	Recomendação acolhida	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.10	13 / 14	<p>Para o FCD2 – Qualidade ambiental e riscos, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Integrar os indicadores, ou similares, de forma a dar resposta aos objetivos do PDM: <ul style="list-style-type: none"> “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”. “Medidas, ações e projetos de mitigação/adaptação às alterações climáticas implementadas no âmbito do PDM (n.º, por tipologia)”. 	<p>Integra-se o indicador “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”.</p> <p>Relativamente ao indicador “Medidas, ações e projetos de mitigação/adaptação às alterações climáticas implementadas no âmbito do PDM (n.º, por tipologia)”, considera-se que contribui para a monitorização dos efeitos ambientais da implementação do Plano. Apesar do Plano, em sede regulamentar e programática, definir ações que contribuem para a mitigação/adaptação às Alterações Climáticas, entende-se que este não é o foco da revisão do PDM, e por isso, não se inclui este indicador. Existem outros planos onde se efetua este tipo de avaliação, nomeadamente o Plano Municipal de Ação Climática.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.11	14	<p><i>Para o Quadro 61 apresentado, além do já referido, e de forma a permitir uma melhor leitura do mesmo, recomenda-se ainda:</i></p> <p><i>Coluna “Valor Base” - deverão ser revistos/atualizados os valores de base atendendo a que poderá existir alguma desatualização dos mesmos (ex.: a ERSAR já disponibiliza os dados mais recentes). Esses valores apresentados deverão ainda estar associados a unidades de medida de forma a permitir uma melhor compreensão da informação disponibilizada e deverá ser identificada a sua origem ou fonte exata, sobretudo nos casos em que são indicadas várias fontes de informação.</i></p>	<p>Relativamente aos valores base, entende-se que os mesmos refletem a data na qual foi produzido o RA, não podendo haver uma constante atualização à medida que vão sendo atualizados valores, sobretudo nesta fase avançada dos trabalhos. Essa atualização de valores será efetuada, anualmente, aquando da produção dos Relatórios de Avaliação e Controlo.</p> <p>Quanto às unidades de medida, as mesmas são apresentadas junto ao nome do indicador.</p> <p>Quanto às fontes dos dados, entende-se que devem sempre ser referidas todas as fontes oficiais onde os dados podem ser acedidos (até porque, por vezes em determinadas fontes, pode existir uma descontinuidade ou atraso na disponibilização da informação).</p>	Recomendação não acolhida	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.12	14	Para o Quadro 61 apresentado, (...), recomenda-se ainda: Coluna “Objetivo ou efeito expectável” - recomenda-se que seja adotada apenas uma coluna referente a “Objetivos e metas de referência” e outra referente ao “Efeito expectável” atendendo a que o “objetivo” nem sempre corresponde ao “efeito expectável”. Considera-se ainda de referir que é irrealista considerar-se como “efeito expectável” decorrente da implementação do PDM, uma diminuição dos “territórios artificializados”	Retifica-se o Quadro dos Indicadores de Seguimento de modo a assumir as duas colunas: “Objetivos e metas de referência” e “Efeito expectável”. Relativamente ao indicador referido “Territórios artificializados per capita (m2/hab) ”, este não indica apenas ao crescimento/decrécimo dos “territórios artificializados”, mas sim a sua relação com a população residente, avaliando-se, desta forma, a eficiência que existe em termos de territórios artificializados. Ressalva-se que, de acordo com a <i>Meta 15.3 Combater a desertificação e restaurar a terra degradada</i> dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pretende-se que este valor diminua, mantendo-se a tendência negativa desejada.	Recomendação parcialmente acolhida	-
RA.13	14	Para o Quadro 61 apresentado, (...), recomenda-se ainda: Coluna “Meta” - os valores mencionados deverão de igual forma estar associadas unidades de medida, devendo ainda ser identificada a sua fonte exata, sobretudo se para esse indicador, estiverem associadas várias fontes de informação.	As unidades de medida já são referidas entre parênteses, logo a seguir ao nome do indicador e as fontes de informação apresentadas aplicam-se tanto ao valor base como à meta.	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.14	14	<i>Considera-se ainda de referir, que o RA carece de uma análise conclusiva ou de um capítulo final de ponderação do procedimento de AAE e da sua articulação com o procedimento de revisão do PDMC.</i>	Integra-se um novo capítulo final no RA, conforme sugerido pela entidade, com as principais conclusões da AAE, a sua articulação com o processo da revisão do PDM e a referência à realização dos Relatórios de Monitorização e Controlo.	Recomendação acolhida	-
RESUMO NÃO TÉCNICO					
RNT.01	14	<i>Concorda-se genericamente com o Resumo Não Técnico (RNT) apresentado (datado de abril de 2025), alertando para que o mesmo deve ser revisto em conformidade com as sugestões e recomendações acima efetuadas sobre a Proposta de RA apresentada.</i>	Procede-se a essa revisão.	Recomendação acolhida	-

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.01	50	Relatório ambiental No QRE: Retificar a referência ao Plano Regional de Ordenamento do Território Do Centro (PROT-C [Proposta de Plano versão de maio 2011]), substituindo por Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) versão 2025;	Atualiza-se a referência, conforme sugestão, passando a mencionar o Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) versão 2025.	Recomendação acolhida	-
RA.02	50	Relatório ambiental No QRE: Retificar no Quadro 2 do RA – O “Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE)” e o “Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato POACV”, são IGT de âmbito nacional, pelo que devem enquadrar-se aí, em vez de nos âmbitos “intermunicipal” e “municipal” (em conformidade com a estrutura do Anexo II do RA.	Retifica-se o quadro de acordo com a recomendação.	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.03	50	<p>Relatório ambiental</p> <p>O capítulo 9 apresenta as “Diretrizes para o seguimento” e os pontos 9.2 e 9.3 apresentam, respetivamente, por FCD, nos quadros 60 e 61 “Medidas de Planeamento e Gestão” e “Medidas de Controlo _indicadores de seguimento”.</p> <p>Relativamente a este capítulo entendemos que foram acolhidos os contributos ao nível do Indicadores de monitorização, verificando-se que os mesmos estão bem articulados com os objetivos dos FCD, assim como foram associadas situações de partida e metas a atingir. Porém, considera-se, ainda, que:</p> <p>- Os Indicadores de seguimento deveriam integrar, também, a “taxa de execução do solo programado”, “taxa de execução dos espaços de atividades económicas”, “taxa de ocupação dos loteamentos urbanos”, “taxa de ocupação/execução dos Espaços verdes”, bem como a execução das UOPG e das Unidades de Execução.</p>	<p>Os indicadores referidos consideram-se relevantes, optando-se por incluir os seguintes no FCD3, mediante a estrutura do PEPF de modo a facilitar a recolha de informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de execução das áreas urbanas não infraestruturadas – AUNI (percentagem de área infraestruturada face ao total de área delimitada como AUNI) (%); • Taxa de execução das áreas urbanas a consolidar - AUC (percentagem de área consolidada face ao total de área delimitada como AUC) (%); • Taxa de execução das unidades operativas de planeamento e gestão – UOPG (percentagem de área executada face ao total de área delimitada como UOPG) (%); • Taxa de ocupação dos Espaços de Atividades Económicas – EAE (percentagem de EAE ocupado); • Taxa de ocupação dos loteamentos (percentagem de solo urbano efetivamente ocupado com loteamentos – considera-se como ocupação a receção provisória das obras de urbanização); <p>Taxa de ocupação dos espaços verdes (percentagem de solo urbano efetivamente ocupado com espaços verdes de utilização coletiva – EVUC);</p>	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.04	51	<p>Relatório ambiental</p> <p>- Outro aspeto que também se considera importante, na monitorização, é a do acompanhamento da ocupação em áreas de restrições de utilidade pública (REN, RAN ou outras) em Estrutura Ecológica Municipal, tipo “percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas” e “percentagem de REN com ocupação compatível”.</p>	<p>Relativamente à EE Fundamental, refira-se que as Áreas relevantes para sustentabilidade do ciclo hidrológico já são avaliadas, indiretamente, por dois indicadores relacionados com as massas de água. Relativamente a outras áreas, como as integradas no PNSE ou na ZEC, importa mencionar que existem outros instrumentos, como o futuro Programa Especial e o Plano de Gestão da ZEC, onde pode ocorrer essa monitorização.</p> <p>Na Estrutura Ecológica Complementar, aceita-se a sugestão da entidade, integrando-se dois novos indicadores, relacionados com a REN e a RAN:</p> <p>- “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”, de modo a avaliar a tendência de exposição da população ao risco das tipologias mais sensíveis da REN (AIV, AEREHS e ZAC), em conformidade com a ponderação ao ponto RA.10 ao parecer da APA/ARH-C.</p> <p>- “Proporção de RAN utilizada para fins não agrícolas (%)”</p> <p>No que diz respeito à Estrutura Ecológica Urbana, propõe-se, conforme referido no ponto RA.03, um indicador dedicado aos espaços verdes.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-
RA.05	51	<p>Relatório ambiental</p> <p>- Por outro lado, o ano de referência (2011), desatualizado, utilizado em vários indicadores, deverá ser atualizado o mais possível.</p>	<p>Atualiza-se o indicador “Proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas” com os dados de residentes nas freguesias de Tortosendo e União das freguesias de Covilhã e Canhoso para 2021.</p>	Recomendação acolhida	-
RA.06	51	<p>Retificar lapso detetado:</p> <p>No índice, a numeração dos Anexos encontra-se trocada.</p>	Lapso retificado	Recomendação acolhida	-

Património Cultural, I.P. (PC)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
PARECER TÉCNICO DE ARQUITETURA					
RA.01	8	<i>G.2. Os quadros 16 e 17, com o património classificado e em vias de classificação, foram atualizados de acordo com o anexo do Regulamento. Assim, dever-se-á atender ao já referido sobre o referido anexo no ponto A.2.</i>	Alterar de acordo com o proposto pela Entidade no ponto A.2. do parecer, que consta de quadro autónomo, sobre a proposta de plano.	Recomendação acolhida	-
PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA					
RA. 02	16	<i>5 d) No Capítulo 8. Avaliação das opções estratégica do plano e recomendações para o plano, respetivamente no Quadro 51. Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos mantem-se nas páginas 142 e 147 a 149 o referido nos pontos 10.10.1, 10.10.2, 10.10.3, 10.10.4 e 10.10.5 do anterior Parecer de Arqueologia. <u>Porém, falta a integrar o proposto em 10.11/10.11.1 Garantir que os projetos agrícola (incluindo as redes de rega) e florestais sejam objetivo de normas regulamentares específicas, de forma salvaguardar e proteger os mesmos, conforme o acordado na reunião setorial.</u></i>	O Quadro 51 resume as recomendações que haviam sido elencadas no RA que integrou os elementos da proposta de PDM submetidos à 1.ª Reunião da Comissão Consultiva, bem como a forma como estas foram acolhidas no Plano. A integração da proposta da Entidade foi assegurada, na versão do RA submetida no âmbito da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva, no capítulo 9, no Quadro 60, associada ao FCD1.	Recomendação acolhida	-

Infraestruturas de Portugal, S.A. (I.P.)

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA. 01	12	<p>No âmbito do Quadro de Referência Estratégica (QRE), no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, reitera-se o já referido no parecer anterior, uma vez que consideramos que o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), deverá ser tido como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, e de ser possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano com incidência no concelho da Covilhã.</p> <p>Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do FCD3.Ordenamento e Coesão territorial, o qual tem como critério de sustentabilidade "Mobilidade - Avaliação das propostas do plano ao nível dos sistemas de mobilidade urbana, do grau de cobertura territorial e qualidade dos serviços de transporte público e do potencial de transição para modos suaves e outros meios de transporte mais sustentáveis."</p>	O PRN2000 integra o QRE da AAE, conforme referido na ponderação ao parecer anterior.	Recomendação acolhida	-
RA.02	12	<p>Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rododiferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.</p>	As referências à rede rodoviária e ferroviária que constam do RA encontram-se em conformidade com os restantes elementos do Plano.	Recomendação acolhida	-

Turismo de Portugal, I.P. (TdP)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL																		
RA.01	5	<p>a) Relativamente ao “FCD 4 – Desenvolvimento Económico”, e em concreto sobre o Critério de Avaliação “Turismo” - Quadro 7 - Quadro de Avaliação - FCD, Critérios e Indicadores de Avaliação (pp. 57), reiteram-se os comentários já tecidos na anterior Informação de serviço:</p> <p>O indicador “Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)” agrega duas realidades muito distintas (empreendimentos turísticos e os estabelecimentos de alojamento local), sugerindo-se subdividir este indicador em dois “N.º de empreendimentos turísticos” e “N.º de Estabelecimentos de Alojamento Local”;</p>	<p>Na redação final do RA submetido no âmbito da 2.ª Reunião da CC, face à necessidade expressa de redução do número de indicadores, conforme as boas práticas da AAE, foi mantido apenas um indicador, sem prejuízo de se distinguirem o número das duas tipologias de estabelecimentos, conforme se mostra no Quadro 50 (ver imagem abaixo).</p> <p>Quadro 50. Resumo da análise de tendências e situação atual, para o Critério de Avaliação ‘Turismo’</p> <table> <tr> <th>Indicadores</th><th>Valor base</th><th>Valor recente</th><th>Variação (%)</th><th>Fonte</th><th>Ano</th></tr> <tr> <td>Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)</td><td>-</td><td>40 ET (12 unidade hoteleiras, 13 Casas de Campo, 10 Agroturismos, 2 Parques de Campismo e/ou Caravanismo, 2 Turismos de Habitação e uma Pousada)</td><td>-</td><td>RNT</td><td>2024</td></tr> <tr> <td></td><td></td><td>260 AL</td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>Acrescenta-se que este descritivo pertence à fase B (subfase 1) da metodologia da AAE e tem como objetivo informar sobre a evolução do território e a variação das formas de mudança, pertencendo a um momento preliminar da avaliação ambiental. Deste modo, entende-se que a alteração da estrutura do quadro de avaliação (acrescentando mais um indicador), não revela interesse para a fase metodológica atual (FASE C – Elaboração da Versão Final do Relatório Ambiental), nem contribui para a melhoria dos conteúdos fundamentais da AAE, que é a avaliação dos efeitos significativos.</p>	Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)	-	40 ET (12 unidade hoteleiras, 13 Casas de Campo, 10 Agroturismos, 2 Parques de Campismo e/ou Caravanismo, 2 Turismos de Habitação e uma Pousada)	-	RNT	2024			260 AL				Recomendação parcialmente acolhida	-
Indicadores	Valor base	Valor recente	Variação (%)	Fonte	Ano																		
Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)	-	40 ET (12 unidade hoteleiras, 13 Casas de Campo, 10 Agroturismos, 2 Parques de Campismo e/ou Caravanismo, 2 Turismos de Habitação e uma Pousada)	-	RNT	2024																		
		260 AL																					

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.02	5	Quanto ao indicador "Capacidade de alojamento turístico por categoria de estabelecimento (n.º de camas)", considera-se mais adequado definir os seguintes Indicadores: "Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (camas/utentes)" e "Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local (utentes)";	Face à necessidade expressa de redução do número de indicadores, foi mantido apenas um indicador. No entanto, interessa referir que, no Quadro 50, são apresentados, para este indicador, a capacidade por categoria de estabelecimento (abrangendo, portanto, os ET e os AL).	Recomendação parcialmente acolhida	-
RA.03	5	Considerando os critérios de sustentabilidade do FCD 4 (Desenvolvimento Económico), em que se alude ao aumento de atratividade para o turismo e duração de estadias (pág. 52), propõe-se acrescentar o seguinte indicador: "Estada média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (N.º de noites)".	Optou-se por não subdividir ou acrescentar indicadores, devido à necessidade de simplificar o Quadro de Avaliação, que foi expressa por diversas entidades nos respetivos pareceres.	Recomendação não acolhida	-

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.01	8	No quadro da página 143, ponto d), falta referir a SRH Torre;	Incluir a SRH	Recomendação acolhida	-
RA.02	8	No quadro da página 143, ponto e), respeitante ao RJAAR, deverá ser revisto o que é referido sobre a área de 0,5 ha, tendo em consideração a legislação do RJAAR;	<p>Corrigir a redação do e) nos seguintes termos: Recomendações para o Plano: “e. Regularizar as ações de arborização e rearborização, incluindo as de área inferior a 0,5 ha, garantindo o seu enquadramento no RJAAR, nos termos legalmente aplicáveis, nomeadamente quanto à verificação das condições de povoamento florestal e dos procedimentos exigíveis”.</p> <p>Acolhimento no Plano: “O RJAAR, nos termos dos artigos 2.º, 3.º e 3.º-A, aplica-se a todas as ações de arborização e rearborização, independentemente da área intervencionada, salvo as exceções previstas legalmente. A definição de “povoamento florestal”, prevista na alínea b) do artigo 3.º, estabelece os limiares técnicos ($\geq 0,5$ ha e ≥ 20 m de largura), que determinam a exigibilidade ou dispensa de autorização ou comunicação prévia. Assim, ações com área inferior a 0,5 ha podem estar dispensadas de procedimento administrativo, mas mantêm-se sujeitas ao regime substantivo do RJAAR e à legislação florestal e ambiental em vigor.</p> <p>Neste contexto, a proposta de Plano assegura o enquadramento legal e técnico de todas as ações de arborização e rearborização, incluindo as realizadas em áreas inferiores a 0,5 ha, obrigando ao cumprimento das normas aplicáveis do PROF-CI, as quais foram integradas no Regulamento do Plano”.</p>	Recomendação acolhida	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS ADICIONAIS DE PONDERAÇÃO FINAL
RA.03	8	Na página 39 do documento 05_RPDMC_AAE_RA_2025.04_Anexos, as SRH referidas não se encontram corretas, sendo referida a SRH Alto Mondego, que não é uma das 4 SRH do concelho da Covilhã;	Eliminar a referência à SRH Alto Mondego. Acrescentar SRH Cova da Beira e SRH Raia Norte. A SRH Cova da Beira tem as seguintes funções principais: Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca. A SRH tem as seguintes funções principais: Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.	Recomendação acolhida	-

ANEXO II – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

Âmbito Nacional

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)	
Âmbito	Nacional
Setor	Ordenamento do Território
Natureza jurídica	Instrumento de Gestão Territorial
Publicação	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
Resumo	<p>O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Estratégia organizada em 5 domínios, com 15 Desafios Territoriais e 10 Compromissos para o território nacional.</p> <p><u>Domínios e Desafios Territoriais:</u></p> <p>D1. – Domínio Natural – Gerir os recursos naturais de forma sustentável</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Valorizar o capital natural; 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano; 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica. <p>D2. – Domínio Social – Promover um sistema urbano policêntrico</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna; 2.3. Promover a qualidade urbana. <p>D3. – Domínio Económico – Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</p> <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral; 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização. <p>D4. – Domínio da Conetividade – Reforçar a conectividade interna e externa</p> <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica; 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade; 4.3. Dinamizar as redes digitais. <p>D5. – Domínio da Governança Territorial – Promover a governança territorial</p> <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível; 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial; 5.3. Aumentar a cultura territorial. <p><u>Compromissos Para o Território:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades; 2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica; 3. Adaptar os territórios e gerar resiliência; 4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material; 5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural; 6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação; 7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território; 8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade; 9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos; 10. Reforçar nos IGT a eficiência territorial.

ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030	
Âmbito	Nacional
Setor	Desenvolvimento da Economia, Sociedade e Território
Natureza jurídica	Estratégia
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro
Resumo	<p>A Estratégia Portugal 2030 decorre, no contexto europeu, da nova Agenda Estratégica da União Europeia (UE) para o período de 2019 a 2024, adotada pelo Conselho Europeu, em 20 de junho de 2019, complementada com o Plano de Recuperação da Europa, apresentado pela Comissão Europeia, a 27 de maio de 2020, e aprovado pelo Conselho Europeu, em julho, que visa preparar o futuro e criar as condições de crescimento após a crise desencadeada pela COVID-19, e no contexto internacional, com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada na Cimeira da Organização das Nações Unidas, em 25 de setembro de 2015, e em vigor desde 2016.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>A Estratégia Portugal 2030 estrutura-se em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030 e nos respetivos objetivos:</p> <p>Agenda temática 1 – As pessoas em primeiro lugar: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade</p> <p><u>Objetivos para 2030:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Mitigar a perda populacional atualmente projetada, prosseguindo a recuperação dos indicadores de natalidade e reforçando os saldos migratórios; – Reduzir a incidência de fenómenos de exclusão, incluindo do desemprego de longa duração, e pobreza e os indicadores de desigualdade e de precariedade laboral nos adultos, e especialmente nos jovens, convergindo para os níveis médios da União Europeia. <p>Agenda temática 2 – Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento</p> <p><u>Objetivos para 2030:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Aumentar a despesa total em I&D para 3% do PIB em 2030; – Reduzir a percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário; – Alcançar um nível de 60 % dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior; – Alcançar um nível de liderança europeia de competências digitais até 2030; – Reforçar a participação de adultos em formação ao longo da vida; – Reforçar a autonomia e soberania produtiva da União Europeia; – Aumentar as exportações de bens e serviços; – Aumentar a resiliência financeira e a digitalização das PME; – Aproximar os níveis de investimento em capital de risco à média da Europa. <p>Agenda temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos</p> <p><u>Objetivos para 2030:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Reduzir as emissões globais de GEE entre 45% a 55%, e em 40% no setor dos transportes, face a 2005; – Aumentar para 47% o peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia; – Reduzir em 35% o consumo de energia primária; – Reduzir para metade a área ardida, de modo a aumentar a capacidade de sequestro do carbono. <p>Agenda temática 4 – Um País competitivo externamente e coeso internamente</p> <p><u>Objetivos para 2030:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, assegurando que todas as regiões NUTS II convergem em PIB per capita com a média europeia.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)	
Âmbito	Nacional
Setor	Desenvolvimento da Economia, Sociedade e Território
Natureza jurídica	Plano Estratégico
Publicação	Portaria nº193/2021: estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro; Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio: estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência; Decreto-Lei n.º 53-B/2021 de 23 de junho: estabelece e o regime excecional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.
Resumo	O Plano de Recuperação e Resiliência é um dos instrumentos fundamentais para a concretização da Estratégia Portugal 2030, enquanto referencial de médio-prazo para o desenvolvimento social, económico e ambiental do país. O PRR foi organizado em três dimensões de intervenção estrutural: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<u>Dimensão Resiliência</u> Componente 1. Serviço Nacional de Saúde (1 384 M€) Componente 2. Habitação (2 733 M€) Componente 3. Respostas Sociais (833 M€) Componente 4. Cultura (Investimento de 243 M€) Componente 5. Capitalização e Inovação Empresarial (2914 M€) Componente 6. Qualificações e Competências (1324 M€) Componente 7. Infraestruturas (690 M€) Componente 8. Florestas (615 M€) Componente 9. Gestão Hídrica (390 M€)
	<u>Dimensão Transição Climática</u> Componente 10. Mar (252 M€) Componente 11. Descarbonização da Indústria (715€) Componente 12. Bioeconomia Sustentável (145 M€) Componente 13. Eficiência Energética em Edifícios (610 M€) Componente 14. Hidrogénio e Renováveis (370 M€) Componente 15. Mobilidade Sustentável (967 M€)
	<u>Dimensão Transição Digital</u> Componente 16. Empresas 4.0 (650 M€) Componente 17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas (406 M€) Componente 18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios (267 M€) Componente 19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança (579 M€) Componente 20. Escola Digital (559 M€)

PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL (PNCT)	
Âmbito	Nacional

PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL (PNCT)	
Setor	Instrumento de Gestão Territorial
Natureza jurídica	Plano Estratégico
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro
Resumo	O Programa Nacional para a Coesão Territorial elenca mais de cento e sessenta Medidas, maioritariamente de iniciativa governamental, e uma Agenda para o Interior que integra oito Iniciativas de carácter temático. Trata-se de um processo dinâmico que visa a construção da Coesão Territorial que não se esgota neste documento e neste momento.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>As Medidas deste programa encontram-se organizadas em torno de cinco Eixos de Intervenção e respetivos de <u>objetivos</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Eixo 1. Um Território do Interior + Coeso: Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e interescolares, tendo em vista a qualidade de vida. – Eixo 2. Um Território do Interior + Competitivo: Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade. – Eixo 3. Um Território do Interior + Sustentável: Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos. – Eixo 4. Um Território do Interior + Conectado: Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade. – Eixo 5. Um Território do Interior + Colaborativo: Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.

PLANO NACIONAL DE ENERGIA E CLIMA 2030 (PNEC 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Política Energética e Climática
Natureza jurídica	Plano Estratégico
Publicação	RCM n.º 53/2020, de 10 de julho
Resumo	<p>Este Plano visa o estabelecimento, pelos Estados-Membros, de metas e objetivos em matéria de emissões de gases com efeito de estufa, energias renováveis, eficiência energética, segurança energética, mercado interno e investigação, inovação e competitividade, bem como uma abordagem clara para o alcance dos mesmos.</p> <p>O Plano estabelece, para 2030, uma meta de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) entre 45% e 55% (face a 2005), uma meta de 47% de energia proveniente de fontes renováveis e uma redução no consumo de energia primária de 35%, assinalando a aposta do país na descarbonização do setor energético, com vista à neutralidade carbónica em 2050</p> <p>O PNEC será o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descarbonizar a economia nacional - Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de GEE em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (mainstreaming). 2. Dar prioridade à eficiência energética - Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficaz, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero. 3. Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do País - Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas. 4. Garantir a segurança de abastecimento - Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade. 5. Promover a mobilidade sustentável - Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos. 6. Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono - Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural. 7. Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva - Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia. 8. Garantir uma transição justa, democrática e coesa - Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial.

PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR (PAEC)	
Âmbito	Nacional
Setor	Economia
Natureza jurídica	Instrumento de política setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro
Resumo	Estabelece a estratégia e um plano de ação, de nível macro (foco global / nacional), meso (setorial) e micro (regional), dinâmico no âmbito da Economia Circular.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Ambições:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Neutralidade carbónica e uma economia eficiente e produtiva no uso de recursos: <ul style="list-style-type: none"> – Economia portuguesa neutra em emissões de gases com efeito de estufa e eficaz no uso de materiais; 2. Conhecimento como impulso: <ul style="list-style-type: none"> – A aposta em investigação e inovação converte-se em soluções com menos intensidade em emissões e recursos, integradas em modelos de negócio que impulsionem a geração de emprego, o uso eficiente e eficaz dos recursos mobilizados, e uma valorização económica prolongada dos mesmos; 3. Prosperidade económica inclusiva e resiliente: <ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento económico transversal a todos os setores da sociedade, resiliente face à volatilidade de preços e risco, progressivamente desacoplado de impactos ambientais e sociais negativos; 4. Sociedade florescente, responsável, dinâmica e inclusiva: <ul style="list-style-type: none"> – Uma sociedade informada, participativa e mais colaborativa, guiada pelo ser e pelo cuidar, em oposição ao querer e possuir e que preserva e cuida do seu capital natural.

ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA (RNC2050)	
Âmbito	Nacional
Setor	Alterações Climáticas
Natureza jurídica	Programa Estratégico
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Resumo	O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) identifica os principais vetores de descarbonização em todos os setores da economia, as opções de políticas e medidas e a trajetória de redução de emissões para atingir este fim, em diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Visão:</u> Promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e o uso eficiente de recursos.</p> <p><u>Princípios Fundamentais:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar; 2. Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050; 3. Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas; 4. Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica; 5. Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento; 6. Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território; 7. Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais; 8. Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.

LEI DE BASES DO CLIMA	
Âmbito	Nacional
Setor	Política Climática
Natureza jurídica	Instrumento de Gestão Territorial
Publicação	Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
Resumo	Define as bases da política do clima no âmbito nacional, nas quais estão incluídas as metas de descarbonização até 2050, as respetivas competências e incumbências das diversas partes envolvidas. Estipula, também, uma responsabilização pela inação na matéria do clima.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>As políticas públicas do clima visam o equilíbrio ecológico, combatendo as alterações climáticas, e prosseguem os seguintes <u>objetivos</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Promover uma transição rápida e socialmente equilibrada para uma economia sustentável e uma sociedade neutras em gases de efeito de estufa; b) Garantir justiça climática, assegurando a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise climática, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns; c) Assegurar uma trajetória sustentável e irreversível de redução das emissões de gases de efeito de estufa; d) Promover o aproveitamento das energias de fonte renovável e a sua integração no sistema energético nacional; e) Promover a economia circular, melhorando a eficiência energética e dos recursos; f) Desenvolver e reforçar os atuais sumidouros e demais serviços de sequestro de carbono; g) Reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas; h) Promover a segurança climática; i) Estimular a educação, a inovação, a investigação, o conhecimento e o desenvolvimento e adotar e difundir tecnologias que contribuam para estes fins; j) Combater a pobreza energética, nomeadamente através da melhoria das condições de habitabilidade e do acesso justo dos cidadãos ao uso de energia; k) Fomentar a prosperidade, o crescimento verde e a justiça social, combatendo as desigualdades e gerando mais riqueza e emprego; l) Proteger e dinamizar a regeneração da biodiversidade, dos ecossistemas e dos serviços; m) Dinamizar o financiamento sustentável e promover a informação relativa aos riscos climáticos por parte dos agentes económicos e financeiros; n) Assegurar uma participação empenhada, ambiciosa e liderante nas negociações internacionais e na cooperação internacional; o) Estabelecer uma base rigorosa e ambiciosa de definição e cumprimento de objetivos, metas e políticas climáticas; e p) Reforçar a transparência, a acessibilidade e a eficácia da informação, do quadro jurídico e dos sistemas de informação, reporte e monitorização; q) Garantir que todas as medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura sejam avaliados estrategicamente em relação ao seu contributo para cumprir os pressupostos enunciados, integrando os riscos associados às alterações climáticas nas decisões de planeamento e de investimento económico nacional e setorial. <p>Estabelece as seguintes <u>metas nacionais de mitigação</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. A Assembleia da República aprova, sob proposta do Governo, numa base quinquenal e num horizonte de 30 anos, metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito de estufa, respeitando os seus compromissos europeus e internacionais. 2. São adotadas as seguintes metas de redução, em relação aos valores de 2005, de emissões de gases de efeito de estufa, não considerando o uso do solo e florestas: <ul style="list-style-type: none"> a. Até 2030, uma redução de, pelo menos, 55 %; b. Até 2040, uma redução de, pelo menos, 65 a 75 %; c. Até 2050, uma redução de, pelo menos, 90 %.

LEI DE BASES DO CLIMA

- | | |
|--|--|
| | <ol style="list-style-type: none">3. É ainda adotada a meta, para o sumidouro líquido de CO2 equivalente do setor do uso do solo e das florestas, de, em média, pelo menos, 13 megatoneladas, entre 2045 e 2050.4. São estimadas e adotadas metas para o sumidouro de CO2 equivalente dos ecossistemas costeiros e marinhos, incluindo sapais, pradarias de ervas marinhas, recifes e florestas de algas, visando a antecipação da meta da neutralidade climática.5. As metas estabelecidas na presente lei são revistas no sentido de aumentar o seu grau de ambição, considerando, nomeadamente, os resultados obtidos em matéria de descarbonização e o novo conhecimento científico e tecnológico. |
|--|--|

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Conservação da Natureza
Natureza jurídica	Programa Setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
Resumo	Sistematiza objetivos, prioridades e medidas de concretização, para as quais se definem indicadores, prioridades, prazos, meios de verificação, instrumentos e responsabilidades, no âmbito de uma melhoria do estado de conservação dos valores naturais, num quadro de apropriação da biodiversidade pela sociedade.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Eixos e Objetivos Estratégicos</p> <p><u>Melhorar o estado de conservação do património natural:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada; – Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional; – Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats; – Reforçar a prevenção e o controlo de espécies exóticas invasoras; – Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal; – Reforçar o quadro de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade; – Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade; – Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades da política de conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base; – Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais; – Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas; – Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade. – Promover o reconhecimento do valor patrimonial natural; – Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano; – Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; – Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade; – Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade; – Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios de conservação e utilização sustentável da biodiversidade. <p><u>Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade; – Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade; – Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais; – Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade; – Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; – Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural; – Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres; – Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações;

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB 2030)

- Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas;
- Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas;
- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade.

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN2000)	
Âmbito	Nacional
Setor	Conservação da Natureza
Natureza jurídica	Programa Setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008
Resumo	O PSRN2000 é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios; – Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; – Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE; – Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação; – Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; – Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores; – Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais. <p>As <u>orientações de gestão</u> foram agrupadas por blocos temáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Agricultura e pastorícia; – Silvicultura; – Edificação e infraestruturas; – Outros usos e atividades (usos do solo ou atividades económicas não incluídos nos grupos anteriores); – Orientações específicas (orientações relacionadas com gestão direta de espécies ou habitats).

PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (POPNSE)	
Âmbito	Regional
Setor	Conservação da Natureza
Natureza jurídica	Programa Especial de Áreas Protegidas
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro
Resumo	<p>O Parque Natural da Serra da Estrela foi criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, por se tratar de uma região onde subsistem refúgios de vida animal e formações vegetais endémicas de importância nacional, bem como um inegável valor paisagístico e cultural.</p> <p>O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela foi aprovado pela Portaria n.º 583/90, de 25 de julho, tendo sido revisto em 2009, com a reavaliação dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais existentes e da promoção da necessária compatibilização entre estes e as atividades desenvolvidas na área protegida em causa.</p> <p>O POPNSE estabelece o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza; b) Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos; c) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; d) Assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes. <p><u>Objetivos específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à recuperação dos habitats e das espécies da flora e fauna indígenas, em particular os valores naturais de interesse comunitário; b) Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de promoção e valorização das atividades económicas tradicionais compatíveis com a salvaguarda dos valores naturais; c) Assegurar a salvaguarda do património cultural da região em complementaridade com a conservação da natureza e da biodiversidade; d) Promover a educação ambiental, a divulgação e o reconhecimento dos valores naturais e culturais, sensibilizando os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região para a necessidade da sua proteção; e) Promover e divulgar o turismo de natureza, sem que daí advenham riscos para a conservação dos valores naturais e paisagísticos.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA COVA DO VIRIATO (POACV)	
Âmbito	Municipal
Setor	Recursos Hídricos
Natureza jurídica	Instrumento de Gestão Territorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março
Resumo	<p>A barragem da Cova do Viriato foi construída em 1962 e destina-se ao abastecimento de água ao município da Covilhã. A barragem localiza-se na bacia hidrográfica do Tejo, na ribeira do Paul ou Cortes, e a sua albufeira ocupa uma área com cerca de 24 ha.</p> <p>A albufeira encontra-se classificada como albufeira de águas públicas protegida, conforme o disposto pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro. De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do referido diploma, albufeiras protegidas são «aquelas cuja água é ou se prevê que venha a ser utilizada para abastecimento de populações e aquelas cuja protecção é ditada por razões de defesa ecológica».</p> <p>O Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV) incide sobre o plano de água e respetiva zona de protecção, com uma largura de 500 m, contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota de 1557 m) e medida na horizontal, integrando parte do território do município da Covilhã.</p> <p>O POACV localiza-se na área do Parque Natural da Serra da Estrela, numa área caracterizada por uma grande sensibilidade ecológica e por uma ocupação humana de características fundamentalmente rurais, não se verificando no interior da zona de protecção qualquer aglomerado urbano.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza; b) Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos; c) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; d) Assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes. <p><u>Objetivos específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira, por forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial a água; b) Definir regras e medidas para usos e ocupação do solo que permitam gerir a área objeto de plano numa perspetiva dinâmica e interligada; c) Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território; d) Planear de forma integrada a área do município na envolvente da albufeira; e) Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional existentes ou em curso; f) Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a protecção e valorização ambiental e as finalidades principais da albufeira; g) Identificar no plano de água as áreas adequadas para a conservação da natureza e as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e entre o plano de água e a zona envolvente.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)	
Âmbito	Nacional
Setor	Recursos hídricos
Natureza jurídica	Programa setorial
Publicação	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
Resumo	O PNA constitui um plano enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>A gestão das águas prossegue três objetivos fundamentais:</u></p> <p>a) A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;</p> <p>b) A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;</p> <p>c) A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.</p> <p><u>Objetivos estratégicos:</u></p> <p>1) Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;</p> <p>2) Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas;</p> <p>3) Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água;</p> <p>4) Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes;</p> <p>5) Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES (PGRI)	
Âmbito	Nacional
Setor	Recursos hídricos
Natureza jurídica	Programa setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro Retificado e republicada pela Declaração de Retificação nº 22-A/2016 de 18 de novembro
Resumo	Os planos de gestão dos riscos de inundações visam a redução das potenciais consequências prejudiciais das inundações para a saúde humana, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas, nas zonas identificadas com riscos potenciais significativos. Incluem, entre outros elementos: a) cartas de zonas inundáveis para áreas de risco e as cartas de riscos de inundações; b) sumário das medidas destinadas a atingir os objetivos adequados de gestão dos riscos de inundações e a atribuição da respetiva prioridade.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos:</u></p> <p>O objetivo geral do PGRI é obter, nas áreas de possível inundação, uma redução do risco através da diminuição das potenciais consequências prejudiciais para a saúde humana, as atividades económicas, o património cultural e o meio ambiente. Este poderá ser atingido mediante os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos; 2. Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação; 3. Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis; 4. Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação; 5. Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água. <p><u>Diretrizes para a integração dos PGRI nos IGT:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • A integração da gestão dos riscos de inundações nos IGT permite que seja incorporado no dia-a-dia das populações um conjunto de boas práticas que respeitam o rio e os eventos de cheias. Permite também que a gestão dos recursos hídricos e do território garanta a sustentabilidade das políticas de ocupação do solo e de desenvolvimento económico com informação disponível para os três períodos de retorno considerados nos PGRI T=20, T=100 e T=1.000 anos. • A articulação dos PGRI com os IGT concretiza-se pela atualização das zonas inundáveis, das zonas ameaçadas pelas cheias e das zonas ameaçadas pelo mar aquando da elaboração, ou revisão, dos PMOT e da elaboração das cartas da REN. • Os regulamentos dos PMOT, PDM, Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) devem estabelecer as restrições necessárias para fazer face ao prejuízo e efeitos provocados pelas cheias, designadamente, nos seguintes termos: <ol style="list-style-type: none"> a) Nos espaços urbanos, minimizando os efeitos das cheias, através de normas específicas para a edificação devendo estabelecer designadamente que as cotas dos pisos inferiores das edificações sejam superiores à cota local da máxima cheia conhecida, sistemas de proteção e de drenagem e medidas para a manutenção e recuperação das condições de permeabilidade dos solos; b) Nos espaços urbanizáveis, proibindo ou condicionando a edificação.

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA (PNUEA)	
Âmbito	Nacional
Setor	Recursos hídricos
Natureza jurídica	Programa setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho
Resumo	Procura garantir uma melhor gestão da água, adequada aos conhecimentos técnicos do presente e com uma atitude responsável de prevenção face ao futuro.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos Gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares reduzir a poluição das massas de água e a redução do consumo de energia; Promover o uso eficiente da água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca; Contribuir para uma nova cultura da água em Portugal que valoriza de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável
	<p><u>Objetivos Estratégicos e Metas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos; Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água; Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação; Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva); Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas; Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA; Alcançar uma eficiência de uso da água de 80% no setor urbano, 65% no setor agrícola e 85%, no setor industrial.
	<p><u>Medidas relevantes previstas para o Setor Urbano:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Otimização de procedimentos e oportunidades para o uso eficiente da água; Redução de pressão no sistema público de abastecimento; Utilização de sistema tarifário adequado; Utilização de águas residuais urbanas tratadas; Redução de perdas de água no sistema público de abastecimento; Adequação da gestão da rega e do solo em jardins e similares; Utilização de água da chuva e/ou água residual tratada em jardins e similares
	<p><u>Medidas relevantes previstas para o Setor industrial:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Adequação de procedimentos da utilização da água na unidade industrial; Otimização da utilização da água na unidade industrial; Redução de perdas de água na unidade industrial; Recirculação de água no processo de fabrico; Recirculação de água no sistema de arrefecimento industrial Utilização de água de condensado para outros fins Adequação de procedimentos na gestão de resíduos Reutilização ou uso de água de qualidade inferior
	<p><u>Medidas relevantes previstas para o Setor agrícola:</u></p>

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA (PNUEA)

- Reversão dos métodos e tecnologias de rega
- Adequação dos volumes brutos de rega às necessidades hídricas das culturas - condução da rega
- Redução de perdas no transporte e na distribuição
- Adequação de procedimentos no transporte e na distribuição
- Adequação de procedimentos na rega por gravidade
- Adequação dos procedimentos na rega por aspersão
- Substituição do equipamento de aspersão
- Substituição do equipamento de acordo com a textura do solo

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS 2030 (PENSAARP 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Recursos Hídricos
Natureza jurídica	Plano Estratégico
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro
Resumo	Plano de gestão do abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, definido para o período de 2021-2030.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>O PENSAARP 2030 tem por objetivo assegurar a sustentabilidade do setor do ciclo urbano da água a longo prazo.</p> <p><u>Os objetivos específicos:</u></p> <p>Prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"> Eficiência na governação e estruturação do setor; Sustentabilidade infraestrutural; Eficácia na qualidade das águas, na vertente das águas residuais; Eficiência hídrica; Eficiência na alocação de recursos financeiros; Eficácia na segurança; Resiliência e ação climática; Sustentabilidade do capital humano; Eficiência na organização das entidades gestoras; Eficácia na continuidade e fiabilidade. <p><u>Muito importantes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Eficácia na acessibilidade física; Eficácia na equidade e acessibilidade económica; N.º 25 5 de fevereiro de 2024 Pág. 30 Diário da República, 1.ª série Eficiência energética e descarbonização; Sustentabilidade do conhecimento. <p><u>Menor criticidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade da utilização de recursos; Valorização empresarial e económica; Valorização ambiental e territorial; Valorização social; Valorização da transparência e da responsabilização; Valorização para o desenvolvimento sustentável.

PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS URBANOS (PERSU 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Resíduos Urbanos
Natureza jurídica	Plano Setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março
Resumo	<p>O PERSU 2030 visa dar continuidade à aplicação da política nacional de resíduos. Está alinhado à políticas comunitárias e aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) contribuindo para a redução da produção de resíduos urbanos, para a recolha seletiva, para a reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos.</p> <p>O PERSU 2030 tem por eixos estratégicos e objetivos:</p> <p>EIXO I - Prevenção:</p> <p><u>Objetivo OB. I – Reduzir a produção e perigosidade dos RU</u> OB.I.1: Produção de conhecimento sobre prevenção de resíduos OB.I.2: Disponibilização de produtos mais sustentáveis OB.I.3: Capacitação da Administração Pública (AP) OB.I.4: Capacitação das empresas OB.I.5: Capacitação do cidadão</p> <p>EIXO II: GESTÃO DE RESÍDUOS:</p> <p><u>Objetivo OB. II – Promover a recolha seletiva e tratamento adequado</u> OB.II.1: Produção de conhecimento no âmbito da recolha e tratamento de resíduos OB.II.2: Criação de um regime regulamentar que assegura as condições necessárias à operacionalização da recolha seletiva e tratamento adequado. OB.II.3: Disponibilização de uma rede de recolha seletiva capilar OB.II.4: Tratamento adequado dos resíduos recolhidos OB.II.5: Otimização das operações de recolha</p> <p><u>Objetivo OB.III – Assegurar a valorização dos resultantes do tratamento dos RU</u> OB.III.1: Produção de conhecimento com vista à valorização e escoamento dos resíduos resultantes do tratamento dos RU OB. III. 2: Avaliação da qualidade dos resíduos resultantes do tratamento dos RU OB. III. 3: Promoção de produção de CDR a partir de RU e seu escoamento OB. III. 4: Criação de um quadro regulamentar que incentive a utilização dos resíduos OB. III. 5: Promoção do escoamento do composto e direito resultantes do tratamento dos RU OB. III. 6: Promoção do escoamento de outros materiais do tratamento dos RU</p> <p>EIXO III – OPERACIONALIZAÇÃO:</p> <p><u>Objetivo OB. IV – Reforçar os instrumentos económico-financeiros</u> OB.IV.1: Criação de um regime regulamentar que permita a adoção de novos instrumentos económico-financeiros ou o reforço dos já existentes OB.IV.2: Adequação dos tarifários às novas exigências legais e de estratégia OB.IV.3: Capacitação dos Municípios e Setor Empresarial Local OB.IV.4: Produção de conhecimento para uma melhor aplicação dos instrumentos económico-financeiros OB.IV.5: Atribuição de financiamento a projetos, com vista a garantir a convergência com a política de resíduos OB.IV.6: Otimização do planeamento na atribuição de financiamento OB.IV.7: Introdução de alterações aos regimes fiscais vigentes OB.IV.8: Apoio a projetos identificados no presente plano</p> <p><u>Objetivo OB. V – Assegurar a sustentabilidade económica e a capacitação do sector</u> OB.V.1: Reforço da articulação entre entidades da administração com competências em matéria de resíduos OB.V.2: Reforço da atuação das CCDR na definição e operacionalização da estratégia de resíduos urbanos nas respetivas regiões</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	

PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS URBANOS (PERSU 2030)

OB.V.3: Reforço do acompanhamento e monitorização por parte da ANR
OB.V.4: Reforço da regulação e implementação da estratégia
OB.V.5: Desenvolvimento de competências no sector dos resíduos
OB.V.6: Produção de conhecimento com vista a uma melhor capacitação e respetiva atuação dos intervenientes
OB.V.7: Reforço da atuação dos municípios

Objetivo OB.VI – Comunicar e monitorizar o plano

OB.VI.1: Campanhas de informação
OB.VI.2: Divulgação de materiais de comunicação e de sensibilização
OB.VI.3: Monitorização do PERSU 2030
OB.VI.4: Produção de documentos de apoio à correta operacionalização e monitorização do PERSU 2030

PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS 2030 (PNGR 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Resíduos Urbanos
Natureza jurídica	Plano setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março
Resumo	<p>Estabelece a estratégia, de âmbito geográfico nacional, relativa à prevenção e gestão de resíduos e as regras orientadoras que asseguram a sua coerência com os demais planos e instrumentos específicos e respetivo contributo para a descarbonização no contexto da necessária transição para uma economia circular, no período compreendido entre 2023 e 2030.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>O PNGR 2030 apresenta <u>três objetivos estratégicos</u> e suas respetivas medidas de ação:</p> <p>OE1. Prevenir a produção de resíduos ao nível da quantidade e da perigosidade.</p> <p>OE1.M1. Fomentar a produção mais limpa e a conceção sustentável de produtos e a redução da colocação no mercado e do consumo de produtos/embalagens de utilização única.</p> <p>OE1.M2. Melhorar o conhecimento da situação de referência, para atuação específica nos pontos identificados como prioritários, promovendo a reutilização ao nível dos diversos materiais/produtos.</p> <p>OE1.M3. Promover compras, no setor público e privado, com critérios de sustentabilidade, que previnam a produção de resíduos e fomentem a reutilização.</p> <p>OE1.M4. Promover o combate ao desperdício alimentar, ao longo de todas as etapas envolvidas.</p> <p>OE1.M5. Promover a sensibilização para a prevenção da produção de resíduos direcionada a todos os intervenientes da cadeia de valor.</p> <p>OE2. Promover a eficiência e suficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular.</p> <p>OE2.M1. Apoiar a concretização das medidas de promoção do PAEC.</p> <p>OE2.M2. Assegurar uma rede de recolha seletiva de resíduos otimizada e abrangente que permita o posterior tratamento adequado e a obtenção de materiais de qualidade.</p> <p>OE2.M3. Promover soluções inovadoras, em articulação com o preconizado no Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021, de 28 de dezembro, que contribuam para o reaproveitamento dos materiais resultantes da indústria, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos biológicos.</p> <p>OE2.M4. Simplificar o procedimento e alargar o âmbito das matérias-primas secundárias abrangidas pelos mecanismos de desclassificação de resíduos, incentivando a sua reintrodução na economia e garantindo o princípio da precaução.</p> <p>OE2.M5. Propor regulamentação legal e económico-financeira que incentive a reciclagem de resíduos e a utilização de produtos e materiais reciclados (que incorporem resíduos na sua constituição), em detrimento de matérias-primas virgens.</p> <p>OE3. Reduzir os impactes ambientais negativos, através de uma gestão de resíduos integrada e sustentável.</p> <p>OE3.M1. Promover a autossuficiência, a competitividade e a sustentabilidade do setor dos resíduos.</p> <p>OE3.M2. Promover a educação ambiental junto dos diferentes stakeholders, induzindo a mudança de comportamentos e contribuindo para o cumprimento dos compromissos a que Portugal está obrigado.</p> <p>OE3.M3. Garantir a simplificação e o acesso online dos serviços administrativos relacionados com o setor dos resíduos, assegurando a desmaterialização dos mesmos, contribuindo para a redução dos entraves burocráticos, e promovendo a descarbonização.</p>

PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS 2030 (PNGR 2030)	
	<p>OE3.M4. Criar sinergias entre o PNGR 2030 e outras estratégias e planos nacionais, contribuindo para um desenvolvimento coerente das políticas públicas e garantindo um planeamento coeso em matéria de resíduos.</p> <p>OE3.M5. Melhorar a comunicação em matéria de resíduos e de limpeza urbana, por forma a efetivar a disponibilização de dados aos cidadãos e às empresas, no sentido da promoção do conhecimento e da transparência.</p> <p>OE3.M6. Avaliar as melhores opções de gestão para as frações com potencial de valorização, incluindo a valorização energética, e o seu contributo para a economia circular.</p> <p>OE3.M7. Potenciar a interação entre as entidades envolvidas na gestão de resíduos, designadamente entidades de supervisão e regulação, licenciadoras e fiscalizadoras/inspetivas, atuando de forma integrada no sentido da proteção do ambiente</p>

PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS NÃO URBANOS 2030 (PERNU 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Resíduos Não Urbanos
Natureza jurídica	Plano Setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro
Resumo	O PERNU 2030 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro de resíduos não urbanos no período entre 2020 a 2030, bem como a estratégia que suporta a sua execução
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>O PERNU define quatro objetivos operacionais (OP), que concorrem construtivamente para o desafio global da redução da produção de resíduos não urbanos, bem como dos impactos ambientais decorrentes da sua gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> OP1 Prevenir a produção de resíduos ao nível da quantidade e da perigosidade; OP2 Reduzir os impactos ambientais decorrentes da gestão de resíduos; OP3 Sensibilizar, formar e disseminar, a nível académico e organizacional, em matéria de boas práticas de prevenção e gestão de resíduos; OP4 Aumentar a capacidade de investimento e a despesa em I&D+I direcionados para a prevenção e gestão de resíduos.

ESTRATÉGIA DOS BIORRESÍDUOS	
Âmbito	Nacional
Setor	Resíduos Urbanos
Natureza jurídica	Estratégia
Publicação	Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro
Resumo	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>A Estratégia dos Biorresíduos tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir uma transição para a recolha seletiva de biorresíduos e a utilização da capacidade instalada de compostagem e de digestão anaeróbia, substituindo-se progressivamente as origens de recolha indiferenciada Promover a utilização do composto resultante da valorização dos biorresíduos Promover a instalação de equipamentos que permitam a recuperação do biogás proveniente das instalações de digestão anaeróbia.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS (ENEAPAI 2030)	
Âmbito	Nacional
Setor	Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
Natureza jurídica	Estratégia
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
Resumo	<p>A Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI) visa encontrar as soluções que permitam dar resposta à resolução dos problemas ambientais diagnosticados, em particular na qualidade das massas de água, e onde as partes interessadas, sem distinção, têm um papel e um contributo significativo e decisivo para a solução.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>A ENEAPAI dá ênfase à urgência na resolução dos problemas ambientais diagnosticados, em particular na qualidade das massas de água, e onde as partes interessadas, sem distinção, têm um papel e um contributo significativo e decisivo para a solução.</p> <p>A Estratégia dá a primazia à valorização agrícola de efluentes agropecuários e agroindustriais, que, no entanto, deve ser realizada de forma sustentável, para não contribuir para a alteração do estado das massas de água superficiais e subterrâneas. Nesta análise, é preciso ter ainda em consideração, a existência de solos agrícolas suficientes para esta solução bem como à distância economicamente sustentável do local onde são produzidos os efluentes. A utilização de Efluentes Pecuários na fertilização das culturas agrícolas oferece vantagens de índole agronómica, ambiental, e económica, para além de constituir uma medida de implementação de políticas agrícolas e ambientais, nomeadamente as que promovem os princípios da economia circular.</p> <p>As orientações nacionais e internacionais apontam no sentido da resolução integrada dos problemas de poluição, devidamente enquadradas com a estratégia de implementação da economia circular, que privilegia os ciclos economicamente curtos e os que promovem a reciclagem de nutrientes e matéria orgânica, com as políticas energéticas e com o programa de redução de GEE.</p> <p>A ENEAPAI 2030 propõe ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A identificação, hierarquização e promoção das soluções potencialmente utilizáveis numa gestão sustentável dos efluentes; - A constituição de uma solução pública que assegure a receção, o tratamento e o encaminhamento a destino final adequado dos efluentes em que as unidades produtivas, individual ou coletivamente, não disponham de instalações apropriadas para o efeito; - A promoção e implementação de sistemas de informação interoperáveis (rastreadabilidade dos efluentes). <p>Pretende-se definir uma estratégia sustentável para o período até 2030, exigente porque assume como principal meta a melhoria significativa da qualidade das massas de água das regiões hidrográficas do país.</p>

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN2000)	
Âmbito	Nacional
Setor	Infraestruturas rodoviárias
Natureza jurídica	Programa setorial
Publicação	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho
Resumo	<p>Constitui um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal, definindo grandes linhas e orientações estratégicas para a gestão florestal.</p> <p>Com a publicação da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, são aprovados novos Estatutos das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN) e as regras que visam a proteção da estrada e respetiva envolvente.</p> <p>São, ainda, fixadas as condições de segurança e circulação dos utilizadores e as atividades de gestão, exploração e conservação. Segundo o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 222/98, a rede rodoviária nacional é constituída por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede nacional fundamental, que integra os Itinerários Principais (IP), que são as vias de comunicação de maior interesse nacional, que asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com as principais infraestruturas nacionais de transporte de pessoas e bens materiais e fronteiras; • Rede nacional complementar, que integra os Itinerários Complementares (IC) e as Estradas Nacionais (EN) que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mais infradistrital. <p>A constituição de servidões relativas às estradas que foram classificadas no atual Plano Rodoviário Nacional e às estradas regionais segue o regime previsto na Lei n.º 34/2015, alterada pela Lei n.º 42/2016.</p> <p>De acordo com o artigo 32.º da Lei n.º 34/2015 são previstas zonas de servidão non aedificandi com as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autoestradas e vias rápidas: 50 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 metros da zona da estrada; • Para os IP, 50 metros para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 metros da zona da estrada; • Para os IC, 35 metros para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 metros da zona da estrada; • Para as EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto, 20 metros para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 metros da zona da estrada; • Nós de ligação, um círculo de 150 metros de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas; • Para as ligações aos nós dos IP ou Ramais de acesso, considerados como EN para os efeitos das zonas de servidão non aedificandi, são previstos 20 metros para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 metros da zona da estrada.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	

ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET 2027)	
Âmbito	Nacional
Setor	Turismo
Natureza jurídica	Plano Setorial
Publicação	Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
Resumo	Estabelece uma estratégia de longo prazo para o setor do Turismo concretizada através de planos, programas e projetos, assentes em eixos estratégicos e linhas de atuação operacionalizadas por ações concretas.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Desafios Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo; – Promover o turismo como fator de coesão social; – Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local. <p>Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação:</p> <p><u>Valorizar o território e as comunidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário; – Valorizar e preservar a autenticidade do país e a vivência das comunidades locais; – Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação; – Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios / destinos; – Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística. <p><u>Impulsionar a economia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos; – Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar; – Atrair investimento e qualificar a oferta turística; – Estimular a economia circular no turismo; – Afirmer Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo. <p><u>Potenciar o conhecimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades; – Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas; – Difundir conhecimento e informação estatística; – Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável; – Afirmer Portugal como <i>smart destination</i>. <p><u>Gerar redes e conectividade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Melhorar os sistemas de mobilidade rododiferroviária; – Promover o “turismo para todos”, numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados / segmentos turísticos; – Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões; – Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores. <p><u>Projetar Portugal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, viver e estudar; – Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional;

ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET 2027)

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">– Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento;– Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional;– Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional. |
|--|--|

POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA E PAISAGEM (PNAP)	
Âmbito	Nacional
Setor	Arquitetura e Paisagem
Natureza jurídica	Instrumento de Política Setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho
Resumo	Define a estratégia, objetivos princípios orientadores, e formas de implementação da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Objetivos:</p> <p><u>Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Evidenciar a importância e o papel da qualidade da arquitetura e da paisagem na prossecução da qualidade de vida e do bem-estar social e na preservação e valorização dos recursos naturais, culturais e humanos; – Promover a qualidade do ambiente construído e das paisagens, contrariando a expansão urbana e garantindo a qualidade construtiva e ambiental das edificações, em especial dos espaços e edifícios públicos; – Apostar na reabilitação e regeneração como um sector estratégico e implementar políticas conducentes à melhoria das condições de habitabilidade, à segurança de pessoas e bens, à inclusão e coesão social e à defesa e recuperação das paisagens culturais; – Assegurar a integração da arquitetura e da paisagem nas políticas de ordenamento do território e urbanismo e nas várias políticas setoriais, em especial nas áreas da cultura, ambiente, agricultura, turismo, economia e social; – Promover a manutenção e valorização das funções ecológicas da paisagem, estimulando a sua inclusão nos instrumentos de gestão territorial; – Estimular a adoção de práticas de projeto, de construção, de gestão e ordenamento das paisagens éticas e responsáveis, privilegiando soluções e metodologias. <p><u>Promover a sustentabilidade e a conservação da natureza:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Promover uma arquitetura e um urbanismo ecológicos e eficientes na utilização dos recursos, em especial a energia e a água, e a sustentabilidade do ambiente construído e das paisagens; – Contribuir, ao nível da gestão e ordenamento das paisagens, do planeamento e da construção para a implementação das estratégias de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, bem como as de prevenção e redução dos riscos; – Promover a proteção e valorização do património natural e dos sistemas de produção agrícola que contribuem para a qualidade e para o carácter da paisagem rural; – Investir na qualificação de todos profissionais ligados à arquitetura e à paisagem, sensibilizando-os para os desafios da reabilitação urbana, da sustentabilidade, da eficiência energética e da conservação da natureza; – Incentivar a investigação e a educação ligada à construção sustentável, estimulando a sua ligação à indústria e a inovação tecnológica no âmbito da construção, dos materiais, do conforto térmico e da produção e consumo de energia. <p><u>Proteger e valorizar o património cultural e natural:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Incentivar a preservação, a salvaguarda e a valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, aumentando a consciência cívica sobre o valor cultural das paisagens e da arquitetura, e estimulando a participação dos cidadãos, das organizações e dos diferentes interesses socioeconómicos em processos de conservação e valorização do património cultural; – Fomentar a adoção de metodologias e processos de gestão integrada do património, arquitetónico e urbano, e da paisagem, bem como a implementação de práticas de conservação e reabilitação sensíveis e respeitadoras da história e da memória; – Implementar a excelência nas intervenções arquitetónicas e de ordenamento das áreas urbanas e rurais, garantindo que são planeadas e executadas em respeito pelo património cultural e natural;

POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA E PAISAGEM (PNAP)

- Mitigar os efeitos da urbanização extensiva e da exploração agrícola e turística intensivas e fomentar um desenvolvimento territorial sustentável, valorizador do património e das paisagens.

Educação, participação e sensibilização:

- Promover o conhecimento, a compreensão e a educação para a arquitetura e para a paisagem;
- Estimular o sentido de pertença, de identidade e de responsabilidade dos indivíduos perante a comunidade e o território;
- Motivar o interesse e envolvimento dos cidadãos e das comunidades nos processos de decisão, de participação e avaliação;
- Reforçar, nas áreas da arquitetura e da paisagem, a colaboração e interação entre as comunidades científica, técnica e política e a articulação destas com a população em geral.

Economia e internacionalização:

- Potenciar a projeção e visibilidade internacional da arquitetura e da paisagem nacionais;
- Promover a arquitetura e paisagem portuguesas como recursos para a criação de emprego, para a promoção do turismo e economia nacionais;
- Incentivar o crescimento, a qualidade e a eficiência da indústria de construção nacional através de uma maior incorporação de serviços de arquitetura e de conservação da natureza;
- Incentivar a criatividade e a inovação com vista à criação de novas áreas de negócio, à melhoria da qualidade e do comportamento ambiental dos territórios e suas edificações.

NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO (NGPH)	
Âmbito	Nacional
Setor	Habitação
Natureza jurídica	Instrumento de política setorial
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio
Resumo	Define uma estratégia para a habitação que tem por missão garantir o acesso de todos a uma habitação adequada e criar condições para que a reabilitação urbana passe a ser a regra. Define ainda um conjunto de instrumentos de atuação que visa dar resposta às necessidades de habitação que se fazem sentir, atualmente.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos Estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, através dos programas “1º Direito” e “Porta de Entrada”; – Garantir o acesso à habitação aos que não tem resposta por via do mercado, através dos programas de “Arrendamento Acessível” e “Porta 65 Jovem”, de instrumentos de promoção da segurança no arrendamento e da captação de oferta e do fundo Nacional de Reabilitação do Edificado; Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais, através do instrumento “Da Habitação ao Habitat”, dos programas “Porta ao Lado” e “Chave na Mão” e do Programa de Mobilidade Habitacional; – Criar condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano, através do projeto “Reabilitar com Regra”, do programa “Reabilitar para Arrendar”, do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação de Reabilitação Urbana e/ou Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas, da medida “Casa Eficiente 2020, do Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética e de medidas de promoção da manutenção regular e da plena utilização do edificado.

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO PARA A RENOVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS (ELPRE)	
Âmbito	Nacional
Setor	Habitação
Natureza jurídica	Instrumento de política setorial
Publicação	Versão para consulta pública, maio 2020
Resumo	<p>A ELPRE visa dar uma resposta efetiva, nos termos do disposto no artigo 2.º-A da Diretiva EPBD, às questões relacionadas com o desempenho energético dos edifícios, aplicando-se ao parque nacional de edifícios existentes residenciais e não residenciais (comércio e serviços), tanto públicos como privados.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Objetivos estratégicos (Diretiva EPBD):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Criação de um ambiente favorável à renovação profunda do parque edificado nacional para edifícios NZEB, com vista à melhoria do respetivo desempenho energético; – Fomentar a inteligência dos edifícios, tornando-os mais eficientes, seguros e confortáveis – Reforçar o papel e o contributo da certificação energética para a melhoria do desempenho energético dos edifícios; – Aumentar a capacidade técnica dos profissionais da construção e da energia alinhando-a com os objetivos de promoção da eficiência energética e descarbonização dos edifícios; – Combater a pobreza energética, apoiando as famílias mais vulneráveis na reabilitação das suas casas; – Consciencializar os cidadãos para os benefícios energéticos e não energéticos da reabilitação, munindo-os da informação que potencie e facilite a realização das intervenções. <p>Eixos / Medidas:</p> <p>EA1 - Renovação do Edificado;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Apoio financeiro através da criação ou reorientação das linhas de financiamento para a renovação, em linha com critérios de desempenho energético e de sustentabilidade dos edifícios; – Reaplicação das receitas fiscais para melhoria do desempenho dos edifícios; – Simplificação e harmonização dos processos e auditorias; – Revisão do quadro regulamentar relativo ao desempenho energético dos edifícios; – Combate à fragmentação dos incentivos através da promoção do equilíbrio de incentivos e benefício entre inquilinos e proprietários; – Combate às deficiências do mercado através de soluções de financiamento inovadoras; – Criação de um quadro legal e financeiro que reforce o papel das associações de proprietários/condóminos; – Revisão do atual Programa ECO.AP; – Programas de investigação e inovação. <p>EA2 - Edifícios Inteligentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Introdução de mecanismos de flexibilidade e aposta na inovação tecnológica; – Infraestruturação dos edifícios para acomodar a inteligência; – Implementação de mecanismos de monitorização ao nível dos edifícios. <p>EA3 - Certificação Energética;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Reforço da utilização do certificado energético como ferramenta padronizada de apoio a programas de financiamento; – Reforço da utilização do certificado energético como ferramenta padronizada de acesso a benefícios fiscais; – Atualização do atual sistema de certificação energética dos edifícios; – Promoção da renovação em segmentos com pior desempenho; – Etiquetagem de produtos e serviços ligados à renovação energética dos edifícios; – Programas voluntários de certificação e etiquetagem energética. <p>EA4 - Formação e Qualificação;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Plano de ação para a qualidade da construção e transição energética

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO PARA A RENOVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS (ELPRE)

- Programa de formação em eficiência hídrica no contexto do nexus água-energia.

EA5 - Combate à Pobreza Energética:

- Disponibilização de financiamento e benefícios fiscais para quem reabilita;
- Aumento das condições de conforto.

EA6 - Informação e Consciencialização

- Apoio na implementação de medidas de renovação;
- Consciencialização da população para a eficiência energética, hídrica e nexus água-energia;
- Programas de demonstração e reforço da partilha de experiências.

EA7 – Monitorização:

- Implementação de um sistema de indicadores de monitorização do progresso da ELPRE no quadro de um sistema integrado de recolha de dados;
- Implementação de mecanismos de acompanhamento/monitorização do desempenho do edificado.

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR (PVI)	
Âmbito	Nacional
Setor	Instrumento de Gestão Territorial
Natureza jurídica	Programa Estratégico
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de Março
Resumo	O Programa de Valorização do Interior tem como objetivo o desenvolvimento e a coesão territorial, com especial atenção aos territórios de baixa densidade. A estratégia do PVI assenta na correção das assimetrias territoriais, através da atração de investimento para o interior, do estímulo da capacidade empreendedora e empresarial, do aproveitamento do potencial endógeno, da fixação de pessoas nos territórios do interior e da afirmação dos territórios transfronteiriços.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>O Programa de Valorização do Interior apresenta quatro Eixos Temáticos e as fontes de financiamento dos conjuntos de medidas são designados por +CO3SO.</p> <p>Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior;</p> <p>Eixo 2: Promover a Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços;</p> <p>Eixo 3: Captar Investimento e Fixar Pessoas no Interior;</p> <p>Eixo 4: Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos.</p> <p>O “<u>Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior</u>” é o que apresenta três vertentes relacionadas às orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade, que são:</p> <p>(...)</p> <p><u>e) Programa +CO3SO Capital Natural, que engloba três vertentes:</u></p> <p>i) Paisagem, florestas e áreas classificadas;</p> <p>ii) Valorização dos recursos e diminuição do desperdício;</p> <p>iii) Reforço do potencial dos recursos geológicos;</p>

Âmbito Regional

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO (PROT-C)	
Âmbito	Regional
Setor	Ordenamento do Território
Natureza jurídica	Instrumento de Gestão Territorial – Plano Regional de Ordenamento do Território
Publicação	https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2025/03/PROT-Centro-2.pdf
Resumo	<p>O PROT-C é elaborado segundo o objetivo geoestratégico de afirmar a Região Centro como um território portador de um contributo ativo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental numa lógica de combinação virtuosa entre objetivos de competitividade e de coesão territoriais.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>A estratégia do PROT-C sustenta que o desenvolvimento de políticas públicas territoriais com o objetivo de estruturar um modelo territorial capaz de se afirmar competitiva e diferenciadamente face às duas regiões urbano-metropolitanas poderá contribuir para:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) um modelo territorial mais equilibrado do território continental; ii) para a consolidação de áreas mais alargadas de criação de emprego; iii) melhores condições de vida à população que faz da Região Centro o seu território de residência e de procura de emprego. <p><u>Visão estratégica:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo visando a conservação das áreas com potencialidades produtivas, a conservação da natureza, biodiversidade e ordenamento do espaço rural; • Fortalecer e valorizar as atividades e os empreendimentos agroflorestais que se revelarem viáveis e competitivos, segundo uma lógica de atividade empresarial e não segundo critérios de potencialidades de uso do solo; • Estruturar e disseminar uma abordagem territorial e não sectorial para o sector agroflorestal não competitivo, conduzindo a um novo modelo de políticas integradas de desenvolvimento, baseadas em intervenções do tipo; • Valorizar e aproveitar as amenidades associadas ao espaço rural, designadamente à agricultura, floresta e aos povoados rurais; • Promover e rentabilizar atividades territoriais (caça, pesca, iniciativas desportivas e ambientais, ...); • Aproveitar novas oportunidades de investimento em domínios como as energias renováveis, indústria agroalimentar, hotelaria e restauração, empresas de distribuição, prestação de serviços ambientais e agro-rurais, etc.; • Favorecer os movimentos, já hoje com grande expressão, de visitantes ligados a alojamentos familiares de uso sazonal ou temporário; • Favorecer a instalação de novos residentes, permanentes ou temporários, nomeadamente os portadores de ideias de negócios; • Favorecer a articulação dos pequenos aglomerados rurais e do espaço que os envolve, com centros urbanos de maior dimensão de modo a facilitar o acesso a equipamentos, a mobilidade da população e uma maior procura das atividades e das amenidades rurais; • Favorecer a emergência e o fortalecimento dos interesses, organizações e instituições, empenhados num modelo territorial e que possam constituir uma alternativa à tradicional visão agrícola do rural e da sua relação com o espaço; • Desenvolver políticas de capacitação institucional, apoiando as organizações, instituições e interesses locais no sentido de ganharem capacidade efetiva para se empenharem no delineamento, financiamento, execução e avaliação de iniciativas de desenvolvimento rural; • Promover medidas pertinentes de política redistributiva de rendimentos, minimizadoras das fragilidades da população rural. Com isto pretende-se conjugar instrumentos focalizados, por um lado, nas receitas familiares, na apropriação <i>in situ</i> dos proventos gerados no rural e nas transferências sociais e, por outro, nas despesas/consumos, nos apoios à garantia das condições de vida; • Disseminar experiências e boas práticas de desenvolvimento rural resultantes de combinações virtuosas entre atração de empreendimento exterior ao mundo rural e a mobilização endógena de vontades, energias e redes locais de cooperação e solidariedade social;

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO (PROT-C)

- Mobilizar o conhecimento relevante e pertinente para a construção de marcas-território, mormente em torno dos «produtos de qualidade reconhecida», criando as condições para a valorização integrada de territórios e de produtos orientados para nichos de procura;
- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região;
- Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento;
- Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
- Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura;
- Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação;
- Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva;
- Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo;
- Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais;
- Implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos.

ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE CENTRO (EREI CENTRO (RIS3))	
Âmbito	Regional
Setor	Desenvolvimento da Economia, Sociedade e Território
Natureza jurídica	Programa Estratégico
Publicação	https://ris3.ccdrc.pt/
Resumo	A EREI CENTRO 2021 - 2027 (RIS3) da continuidade a estratégia de investigação e inovação para especialização inteligente (RIS3) para promover atividades que contribuam para o desenvolvimento económico ou para a cadeia de inovação regional.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro tem como ambição o desenvolvimento social, ambiental e económico do território, através de projetos de investigação e inovação, que sejam capazes de gerar a transformação necessária para a região centro.</p> <p>As soluções de investigação devem dar resposta aos desafios identificados: Transição Social, Transição Digital e Transição Verde.</p> <p>As Plataformas de Inovação traduzem o modo como se pretende transformar a Região:</p> <p><u>Valorizar recursos endógenos naturais:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1.a) Inovação no conhecimento, mapeamento e monitorização dos recursos endógenos naturais. 1.b) Inovação na conservação, proteção e recuperação dos recursos endógenos naturais. 1.c) Inovação na valorização e uso circular e sustentável dos recursos endógenos naturais 2.a) Desenvolver soluções industriais sustentáveis. 2.b) Uso eficiente de recursos e redução do impacto ambiental nos processos produtivos e ao longo do ciclo de vida dos produtos e sistemas. 2.c) Modernização industrial por via da Economia Circular e da Descarbonização. <p><u>Promover inovação territorial:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 4.b) Promoção e dinamização de projetos de inovação que visem a transição verde e/ou digital dos territórios. 4.d) Desenvolvimento de propostas inovadoras de valorização dos recursos ambientais e culturais e do potencial criativo do território.

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF-CI)	
Âmbito	Regional
Setor	Florestas
Natureza jurídica	Plano Setorial
Publicação	Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro
Resumo	Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, o, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; b) Especialização do território; c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos; e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política. <p><u>Objetivos comuns a todas as sub-regiões homogéneas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual; b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos; c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas; e) Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas; f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; g) Promover a gestão florestal ativa e profissional; h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados; i) Modernizar e capacitar as empresas florestais; j) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios; k) Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal; l) Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; m) Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas; n) Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas; o) Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta; p) Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril; q) Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal; r) Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal. <p><u>Sub-região homogénea Cova da Beira</u></p> <p>Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Função geral de produção; b) Função geral de proteção; c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores. <p><u>Sub-região homogénea Estrela</u></p> <p>Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; b) Função geral de recreio e valorização da paisagem; c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores. <p><u>Sub-região homogénea Raia Norte</u></p>

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF-CI)

Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função geral de produção;
- b) Função geral de proteção;
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores

Sub-região homogénea Torre

Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- b) Função geral de proteção;
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS (3º Ciclo) (PGRH RH4)	
Âmbito	Regional
Setor	Recursos Hídricos
Natureza jurídica	Instrumento de Planeamento das Águas – Plano de Gestão da Região Hidrográfica
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
Resumo	Instrumento de planeamento da água que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas na RH do Vouga, Mondego e Lis (RH4).
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Objetivos Estratégicos e Operacionais:</p> <p><u>OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água:</u></p> <p>OO1.1 - Adequar e reforçar o modelo de organização institucional da gestão da água</p> <p>OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de regulação da água</p> <p>OO1.3 - Assegurar um licenciamento eficiente através da aplicação do Regime Jurídico do Licenciamento das Utilizações dos Recursos Hídricos (RJURH)</p> <p>OO1.4 - Garantir a correta aplicação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH), alargando o âmbito dos poluentes descarregados, assegurar uma maior assertividade na cobrança e a transparência na utilização das receitas</p> <p><u>OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos:</u></p> <p>OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água</p> <p>OO2.2 - Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água</p> <p><u>OE3 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água:</u></p> <p>OO3.1 - Reduzir ou eliminar os impactos através de uma gestão adequada das pressões</p> <p>OO3.2 – Garantir a implementação do programa de medidas</p> <p><u>OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras:</u></p> <p>OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas</p> <p>OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva</p> <p>OO4.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água</p> <p><u>OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade:</u></p> <p>OO5.1 - Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição</p> <p>OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável.</p> <p><u>OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água:</u></p> <p>OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição</p> <p>OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação</p> <p><u>OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água:</u></p> <p>OO7.1 - Intensificar a aplicação do princípio do “utilizador-pagador”</p> <p>OO7.2 - Garantir instrumentos de desenvolvimento da política da água integrando o crescimento económico</p> <p>OO7.3 – Garantir a internalização dos custos dos serviços de água</p> <p><u>OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais:</u></p> <p>OO8.1 - Assegurar a integração da política da água com as políticas setoriais</p> <p>OO8.2 - Assegurar a coordenação setorial da gestão da água na região hidrográfica através da Comissão Interministerial de Coordenação da Água, prevista no Plano Nacional da Água (2016)</p> <p><u>OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais:</u></p> <p>OO9.1 - Intensificar a articulação com Espanha na gestão das bacias internacionais para atingir, de forma conjunta, os objetivos da DQA</p> <p>OO9.2 - Assegurar um desempenho eficaz e eficiente da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a</p>

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS (3º Ciclo) (PGRH RH4)

Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC)

OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água:

OO10.1 - Assegurar a comunicação e a divulgação sobre a água, promovendo a construção de uma sociedade informada e sensibilizada para o valor e a política da água

OO10.2 - Assegurar um aumento dos níveis de participação e intervenção da sociedade e dos setores de atividade nas questões relacionadas com a gestão da água

Objetivos Ambientais:

Águas superficiais naturais (rios, transição e costeiras):

- Evitar a deterioração do estado das massas de água;
- Atingir o Bom estado das massas de água - Bom estado químico e Bom estado ecológico;
- Reduzir gradualmente a poluição provocada por substâncias prioritárias e eliminar as emissões, as descargas e as perdas de substâncias perigosas prioritárias.

Águas superficiais fortemente modificadas e artificiais:

- Evitar a deterioração do estado das massas de água;
- Atingir o Bom potencial ecológico e o Bom estado químico das massas de água;
- Reduzir gradualmente a poluição provocada por substâncias prioritárias e eliminar as emissões, descargas e as perdas de substâncias perigosas prioritárias.

Águas Subterrâneas:

- Evitar ou limitar as descargas de poluentes nas massas de água e evitar a deterioração do estado de todas as massas de água;
- Atingir o Bom estado das massas de água - Bom estado químico e quantitativo garantindo o equilíbrio entre captações e recargas;
- Inverter qualquer tendência significativa persistente para aumentar a concentração de poluentes Zonas Protegidas;

Zonas Protegidas:

- Cumprir, completamente, as normas de proteção definidas para cada uma das zonas.

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (3º Ciclo) (PGRH RH5)	
Âmbito	Regional
Setor	Recursos Hídricos
Natureza jurídica	Instrumento de Planeamento das Águas – Plano de Gestão da Região Hidrográfica
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
Resumo	Instrumento de planeamento da água que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas na RH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5).
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Objetivos Estratégicos:</p> <p><u>OE1 - Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos;</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo; Sensibilizar os cidadãos para os benefícios dos seguros na cobertura contra os riscos de inundações; Articular com as autarquias os procedimentos de diminuição da exposição à ameaça; Divulgar informação e riscos associados, aos diferentes períodos de retorno, nas ARPSI identificadas; <p><u>OE2 - Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação;</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir a operacionalidade das redes de monitorização; Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados; Reforçar a cooperação nas bacias internacionais e assegurar o envolvimento das instituições; Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta; Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos. <p><u>OE3 - Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas zonas inundáveis;</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Articular a elaboração dos instrumentos de gestão territorial estabelecendo medidas de redução dos riscos de inundações; Diminuir a exposição; Reduzir a vulnerabilidade ao galgamento e inundação costeira Relocalizar ou retirar edifícios sensíveis e outros elementos expostos de áreas inundáveis <p><u>OE4 - Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação;</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Diminuir a profundidade, a velocidade de escoamento e o caudal, conduzindo à redução da perigosidade hidrodinâmica; Adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas; Implementar sistemas de aviso e definir planos de emergência; <p><u>OE5 - Contribuir para a melhoria ou manutenção do bom estado das massas de água;</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Diminuir a probabilidade de ocorrência de derrames e de contaminação das massas de água em caso de inundação; Promover medidas naturais de retenção de água; Recuperar através da renaturalização das linhas de água;

Âmbito Intermunicipal

PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA CIM DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PIAAC-CIMBSE)	
Âmbito	Intermunicipal
Setor	Alterações climáticas
Natureza jurídica	Programa Setorial
Publicação Disponível em:	https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf
Resumo	<p>O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE) traduz-se numa visão regenerativa a curto, médio e longo prazo para o território, compreendendo a determinação de um conjunto de ações que visam a adaptação ou mitigação dos efeitos destas alterações.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>O PIAAC-CIMBSE procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da região das Beiras e Serra da Estrela aos riscos climáticos assim como colocar as ameaças decorrentes dos riscos climáticos na agenda pública.</p> <p>Medidas:</p> <p><u>Setor Financeiro, Saúde e Segurança de pessoas e bens</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Medida 1 - Promoção de sistemas de reutilização de água • Medida 2 - Gestão de água e resíduos • Medida 3 - Melhorar o uso eficiente de água e reduzir desperdícios • Medida 4 - Criação de sistemas de rega alternativos • Medida 5 - Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/ estradas <p><u>Transportes, Infraestruturas e Energia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Medida 6 - Melhoria da rede de transportes • Medida 7 - Promoção da utilização adequada dos equipamentos e recursos tecnológicos nas "utilities", através da utilização de equipamentos eficientes • Medida 8 - Promoção da eficiência das captações de água, do seu transporte e armazenamento, adoção de políticas que regulam a utilização deste recurso em situações de temperaturas extremas seca ou escassez de água • Medida 9 - Iluminação eficiente <p><u>Governança e Ordenamento do Território</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Medida 10 - Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/estradas • Medida 11 - Promoção de sistemas de reutilização de água • Medida 12 - Promoção do uso eficiente da água e consequentemente redução de desperdício • Medida 13 - Criação de alternativas ao nível do fornecimento de água • Medida 14 - Promoção da melhoria da oferta da rede transportes • Medida 15 - Promoção da limpeza e regularização das linhas de água <p><u>Agricultura, Florestas, Recursos Hídricos e Biodiversidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Medida 16 - Promoção do cumprimento da legislação • Medida 17 - Planeamento das áreas verdes em zonas urbanas • Medida 18 - Promover o ordenamento florestal e a sua gestão • Medida 19 - Conservação e recuperação de habitats • Medida 20 - Promover a limpeza e requalificar/ restaurar as linhas de água • Medida 21 - Melhoramento das condições de escoamento em zonas críticas.

PLANO ESTRATÉGICO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PE@CIMBSE 2030)	
Âmbito	Municipal
Setor	Ordenamento do Território
Natureza jurídica	Programa Estratégico
Publicação	https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2024/02/CIM_BSE_v08072021.pdf
Resumo	Representa um conjunto de projetos intermunicipais e municipais planeados e concertados para o horizonte temporal: 2020-2030. Os projetos do plano são divididos em seis eixos estratégicos (EE) de intervenção do território objeto, nomeadamente: (EE1) Capacitação; (EE2) Sustentabilidade e Qualidade de Vida; (EE3) Mobilidade; Acessibilidade(s) e Movimentos i(e)migratórios; (EE4) Excelência ambiental; (EE5) Inovação Institucional, económica e social; e (EE6) Ecossistemas Urbanorurais. O Plano Estratégico procede à revisão da Estratégia Integrada da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Objetivos dos Eixos Estratégicos relevantes ao relatório ambiental:</p> <p><u>(EE1) Capacitação:</u> OED_1.1: Monitorizar a implementação das RIS3 do Centro (2021-2027), através de uma perspetiva de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)</p> <p><u>(EE2) Sustentabilidade e Qualidade de Vida:</u> OED_2.1: Reforçar as dimensões sustentáveis da qualidade de vida regional: condições básicas; condições de eficiência; e inovação.</p> <p><u>(EE4) Excelência ambiental:</u> OED_4.1: Promover a excelência ambiental: na perspetiva dos recursos e do destino de investimento/consumo. OED_4.2: Requalificar as redes de distribuição, tratamento e saneamento dos recursos hídricos.</p>

PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PAMUS-BSE)	
Âmbito	Intermunicipal
Setor	Mobilidade sustentável
Natureza jurídica	Plano estratégico - operacional
Publicação	2015
Resumo	Os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) destinam-se a enquadrar as operações a que se pretendam candidatar no respetivo Programa Operacional Regional para a concretização das tipologias das ações no âmbito da prioridade de investimento 4.5 “Promoção das estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação”.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos específicos e linhas de orientação fundamentais:</u></p> <p>Obj1: Promover as deslocações em modos suaves</p> <p>1.1 Construir / requalificar a rede pedonal, garantindo a existência de percursos acessíveis, inclusivos e seguros nos centros urbanos e nas ligações aos principais serviços e/ou equipamentos públicos</p> <p>1.2 Introdução de corredores cicláveis que favoreçam a utilização da bicicleta nas deslocações quotidianas</p> <p>1.3 Desenvolvimento de campanhas e ações de divulgação que promovam as deslocações em modos suaves, junto à população em geral ou a grupos específicos (comerciantes, estudantes, etc.)</p> <p>1.4 Introdução de um sistema de bicicletas partilhadas</p> <p>1.5 Introdução de parqueamentos de bicicletas junto aos principais equipamentos públicos, na proximidade das interfaces de transporte coletivos, zonas industriais / empresariais e nas zonas centrais dos aglomerados</p> <p>Obj2: Promover a existência de serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura</p> <p>2.1 Melhoria da ligação ferroviária na Cova da Beira: melhoria da qualidade do serviço e do material circulante no troço Covilhã-Fundão e Fundão-Guarda da linha da Beira Baixa</p> <p>2.2 Criação e/ou reforço das linhas urbanas de TC</p> <p>2.3 Melhoria da oferta de TC intraconcelhia e interconcelhias</p> <p>2.5 Aquisição de autocarros</p> <p>2.6 Melhoria da rede de paragens e interfaces (aumento de conforto dos abrigos e cumprimento da legislação sobre a acessibilidade para todos)</p> <p>Obj3: Promover a intermodalidade no sistema de transportes coletivos</p> <p>3.1 Criação / Requalificação das interfaces de transporte existentes, com beneficiação do espaço de espera e circulação e inclusiva a todos.</p> <p>3.2 Requalificação / Criação dos acessos rodoviários à interface de transportes</p> <p>3.3 Desenvolvimento de bilhética integrada que promova a intermodalidade e a utilização de outros serviços relacionados</p> <p>Obj4: Estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas</p> <p>4.1 Construção de ligações rodoviárias para melhoria de acessibilidades regionais</p> <p>4.2 Construção/ Melhoria de variantes rodoviárias de modo a eliminar a circulação de pesados no centro urbano e/ou introduzir melhores condições para a circulação pedonal</p> <p>4.3 Intervenção no perfil transversal em troços de vias com redução do perfil rodoviário (controle de velocidade e aumento da segurança)</p> <p>4.4 Melhoria da sinalética rodoviária (horizontal e/ou vertical e eventual utilização de sistemas de Leds)</p> <p>4.5 Manutenção da rede rodoviária de proximidade</p> <p>Obj5: Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada</p> <p>5.1 Organização da oferta de estacionamento na zona central do aglomerado, nomeadamente com o controle do estacionamento de longa duração</p> <p>5.2 Criação de oferta de estacionamento do tipo Park&Ride (serviço aos TP)</p> <p>5.3 Marcação e reserva de oferta para utilizadores específicos (e.g., residentes, deficientes, comerciantes, veículos elétricos)</p>

PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PAMUS-BSE)

- 5.4 Postos de carregamento rápido
- Obj6: Organização da logística e minimização os impactes associados ao tráfego de pesados
- 6.1 Organização da logística da estrutura produtiva (polos de consolidação de mercadorias)
- 6.2 Controlo da circulação e estacionamento de pesados no interior dos aglomerados
- 6.3 Melhoria da acessibilidade às zonas industriais
- 6.4 Otimização das rotas municipais de RSU e outros veículos
- Obj7: Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade e de informação
- 7.1 Descentralização de alguns serviços públicos de carácter administrativo nas Juntas de freguesia
- 7.2 Implementação de unidades móveis de cuidados de saúde primários ou outros às aldeias
- 7.3 Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível online e em aplicações móveis
- 7.4 Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível na interface de transportes
- Obj8: Aquisição de novas competências técnicas e instrumentais pela CIM e autarquias
- Propostas para o Concelho da Covilhã:
- Requalificação das vias existentes e criação de novas vias pedonais, estruturando uma rede integrada de vias pedonais na Cidade da Covilhã
 - Requalificação do espaço público do bairro do Castelo
 - Criação de uma circular ciclável envolvente a Covilhã, complementando troços já existentes
 - Criação de um corredor ciclável de ligação a um empreendimento turístico ao longo do corredor de Cativelos - Rio Torto
 - Reforço do serviço de transporte urbano em Covilhã
 - Aquisição de 2 autocarros para o reforço do circuito urbano "Estrelinhas".
 - Melhorias e/ou criação de paragens e abrigos
 - Melhoria da interface de transporte da Covilhã e do estacionamento associado
 - Recuperação dos acessos rodoviários e pedonais, bem como do espaço de estacionamento que serve de apoio à interface da Covilhã
 - Requalificação rodoviária da EN330 na freguesia de Vila Franca
 - Construção da variante rodoviária de Folgoso
 - Construção da variante rodoviária de Moimenta da Serra
 - Melhoria da sinalética horizontal e vertical em cerca de 60 kms de via
 - Implementação de unidades móveis de cuidados de saúde primários ou outros às aldeias
 - Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível online e em aplicações móveis.

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL SERRA DA ESTRELA (PRPNSE)	
Âmbito	Intermunicipal
Setor	Conservação da Natureza
Natureza jurídica	Programa Especial de Áreas Protegidas
Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março
Resumo	Trata-se de um programa integrado de desenvolvimento regional do território (CIM BSE), com ações em diferentes domínios temáticos, que deverão promover a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, assim como o desenvolvimento social e económico da região, -tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Verifica-se, dentre os Eixos temáticos e objetivos do Plano de Ação relativos às Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade:</p> <p>Domínio/Eixo Estratégico: Ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento Beiras e Serra da Estrela, um território de valorização dos ecossistemas</p> <p>O3.1 Planear e ordenar o território;</p> <p>O3.2 Prevenir e combater incêndios rurais;</p> <p>O3.3 Aumentar a biodiversidade e restauro ecológico;</p> <p>O3.4 Promover os ecossistemas enquanto ativos económicos do PNSE.</p>

Âmbito Municipal

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ (PMEPC)	
Âmbito	Municipal
Setor	Proteção Civil
Natureza jurídica	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
Publicação	Aviso n.º 1219/2021, de 19 de janeiro
Resumo	O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã (PMEPC) foi elaborado para as situações gerais de emergência e que podem afetar o concelho, nomeadamente acidentes graves ou catástrofes que afetem populações, património edificado, ambiente e atividades socioeconómicas, definem-se três tipificações de riscos, os naturais, tecnológicos e mistos.
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p><u>Objetivos gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe; – Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil; – Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; – Coordenar e sistematizar ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; – Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe; – Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; – Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado, de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique; – Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes; – Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DA COVILHÃ (PMDFCI)	
Âmbito	Municipal
Setor	Incêndios/Floresta
Natureza jurídica	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Publicação	Aviso n.º 13156/2021, de 13 de julho
Resumo	<p>O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã (PMDFCI) visa operacionalizar ao nível municipal e local as normas e orientações para proteção e promoção da área florestal do Concelho da Covilhã. O documento avalia as vulnerabilidades do concelho aos incêndios florestais e propondo a implementação de medidas e ações de curto, médio e longo prazo, no âmbito da prevenção e do combate, para a defesa da floresta contra incêndios florestais. O PMDFCI se encontra em vigência por um período de 10 anos.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>Para o cumprimento do disposto anteriormente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios deverá ser centrado nos eixos de atuação definidos no PNDPCI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, sendo eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; 2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios; 3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; 4.º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas; 5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <p>Objetivos e Metas</p> <p>Eliminar a ocorrência de incêndios de grandes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Meta até 2025: Inexistência de ocorrências com área ≥ 100 hectares; - Meta até 2030: Inexistência de ocorrências com área ≥ 50 hectares. <p>Diminuição do n.º de ocorrências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Meta até 2025: O número médio de ocorrências é < 83 (média dos últimos 20 anos); - Meta até 2030: O número médio de ocorrências é < 50. <p>Redução da área ardida anual:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Meta até 2025: A área ardida anual é < 2025 hectares; - Meta até 2030: A área ardida anual é < 500 hectares. <p>Eliminar a ocorrência de reacendimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Meta até 2030: Inexistência de reacendimentos. <p>Manter a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Meta até 2030: 1.ª intervenção em menos de 20 minutos em 95% das intervenções.

PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA (PMAC)	
Âmbito	Municipal
Setor	Alterações Climáticas
Natureza jurídica	Plano de Ação
Publicação	https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm
Resumo	<p>O Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Covilhã decorre no contexto do planeamento de adaptação às alterações climáticas, atualmente, estabelecido pela Lei de Bases do Clima. Apresenta um conjunto de ações, a curto, médio e longo prazo, cujo objetivo é a adaptação e/ou a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>As medidas de adaptação apontadas pelo PMAC, são:</p> <p><u>Infraestruturas verdes:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Densificação da vegetação urbana, em espaços públicos e privados; 2 - Promoção da infiltração de água no solo; 3 - Avaliação da conversão de áreas urbanas em leito de cheia; 4 - Preservação das áreas de festo e talvegue permeáveis, favorecendo a drenagem de ar e água; 5 - Promoção dos mosaicos florestais; 6 - Promoção da agricultura multifuncional; 7 - Promoção de métodos locais de captação de água; 8 - Promoção de espécies vegetais autóctones; 9 Revalorização dos ecossistemas ripícolas; 10 - Proteção de habitats prioritários; 11 - Criação de medidas de prevenção de cheias "baseadas na natureza"; 12 - Revegetação e estabilização de taludes; 13 - Promoção de métodos de prevenção da erosão na agricultura; 14 - Diminuição da área impermeável; 15 - Promoção de culturas e variedades climatófilas e de sequeiro; <p><u>Infraestruturas cinzentas</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 16 - Promoção de sistemas alternativos de abastecimento de água; 17 - Melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento de água; 18 - Eliminação de tráfego em áreas determinadas; 19 - Criação de bolsas de estacionamento exteriores aos centros históricos; 20 - Expansão da mobilidade pedonal em meios mecânicos; 21 - Criação de acessos pedonais e rodoviários alternativos em meio urbano; 22 - Aumento da compacidade urbana; 23 - Consolidação das acessibilidades às freguesias mais periféricas e despovoadas; 24 - Promoção de coberturas verdes e paredes vegetadas em edifícios; <p><u>Medidas não-estruturais</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 25 - Identificação e monitorização de situações de carência habitacional; 26 - Monitorização da qualidade do ar para prevenção de doenças respiratórias; 27 - Realização de campanhas de sensibilização sobre alterações climáticas 110; 28 - Promoção da eficiência energética; 29 - Promoção/adequação de dietas e produtos com menor pegada hídrica; 30 - Reforço dos serviços de saúde pública; 31 - Reforço dos meios de monitorização de doenças transmitidas por vetores; 32 - Reforço dos meios de segurança alimentar; 33 - Monitorização da abundância e distribuição de espécies e biodiversidade de montanha; 34 - Promoção da investigação para adaptação do turismo; 35 - Criação de uma rede local de estações meteorológicas; 36 - Promoção de cadeias de abastecimento curtas > Criação de programas AMAP/CSA* locais; 37 - Promoção de inovação tecnológica nas culturas regadas; 38 - Elaboração e implementação de um plano de monitorização e controlo de vegetação invasora.

PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA (PAESC)	
Âmbito	Municipal
Setor	Energia e Clima
Natureza jurídica	Plano de Ação
Publicação	https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm
Resumo	<p>O Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) da Covilhã decorre do compromisso do Município, firmado via Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia em 2021, em reduzir em 55% as emissões de CO2 até 2030 e alcançar a neutralidade climática até 2050. O Plano define diversas medidas de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas. O objetivo de redução de emissões de CO2 no território deverá ser alcançado através de um aumento da eficiência energética e de uma produção e utilização mais limpa da energia, tal como formulado no Pacote de Medidas da União Europeia sobre o Clima e as Energias Renováveis.</p>
Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade	<p>As medidas e ações de sustentabilidade energética apontadas pelo PAESC, são:</p> <p><u>Sequestro natural de carbono:</u> 1- Área arborizada em espaços públicos; 2 - Sequestro natural da floresta; 3 - Agricultura sustentável</p> <p><u>Otimização de iluminação pública</u> 4 - Iluminação pública 100% LED; <u>Otimização de iluminação pública em edifícios públicos</u> 5 - Iluminação pública 100% LED em edifícios públicos; <u>Eficiência energética no setor público</u> 6 - Infraestruturas municipais eficientes; 7 - Habitação social eficiente; 8 - Climatização eficiente; 9 - Eventos municipais eficientes; <u>Sistema Integrado de Gestão de Energia</u> 10 - Sistema Inteligente de Gestão de Energia; <u>Otimização dos contratos de eletricidade</u> 11 - Energia reativa; <u>Compras públicas ecológicas</u> 12 - Compras públicas sustentáveis; <u>Promover a Eletrificação em Edifícios e Infraestruturas Municipais</u> 13 - Conversão de equipamentos consumidores de combustíveis fósseis; <u>Eficiência energética no setor privado</u> 14 - Informação e sensibilização para a eficiência energética no setor privado; 15 - Informação e sensibilização para a eficiência energética na escola; <u>Comunidades de Energia Renovável em edifícios públicos</u> 16 - Programa para as Comunidades de Energia no setor municipal; <u>Comunidades de Energia Renovável no setor privado (setores industrial, de serviços e residencial)</u> 17 - Implementação de Comunidades de Energia no setor privado; <u>Centrais Fotovoltaicas</u> 18 - Promoção da Energia Fotovoltaica; <u>Otimização de Unidades de Produção existentes</u> 19 - Renegociação de contratos relativos Unidades de Produção existentes; <u>Descarbonização do setor transportes</u> 20 - Frota Municipal Elétrica; 21 - Transporte Público Sustentável; 22 - Pontos de carregamento de veículos elétricos; 23 - Promoção de veículos elétricos; <u>Mobilidade Partilhada</u> 24 - Transporte Público Sustentável; 25 - Transporte a pedido; 26 - Transportes partilhados; 27 - Promoção da intermodalidade; <u>Mobilidade Suave</u> 28 - Promoção da pedonalidade e do uso da bicicleta;</p>

PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA (PAESC)

Eficiência hídrica

- 29 - Uso eficiente da água;
- 30 - Eficiência hídrica em infraestruturas municipais;
- 31 - Otimização de sistemas hidráulicos das piscinas municipais;
- 32 - Reutilização de água;

Otimização da gestão de resíduos

- 33 - Sistema "pay as you throw";
- 34 - Valorização de resíduos;
- 35 - Compostagem doméstica;
- 36 – Ecocentros.

As medidas de adaptação às alterações climáticas apontadas pelo PAESC, são:

- 1 - Promoção de sistemas de reutilização de água;
- 2 - Promoção da eficiência das captações de água, do seu transporte e armazenamento, adoção de políticas que regulam a utilização deste recurso em situações de temperaturas extremas seca ou escassez de água;
- 3 - Promover a recuperação, melhoramento e conservação das infraestruturas de retenção de água;
- 4 - Planeamento de novas áreas verdes em zonas urbanas;
- 5 - Promover o ordenamento florestal e a sua gestão;
- 6 - Adotar ferramentas de apoio à gestão da mobilidade, adotar sistemas e tecnologias de informação de apoio à mobilidade urbana e à sua monitorização;
- 7 - Identificar vias com maior tráfego e desenvolver mapas de qualidade do ar e ruído;
- 8 - Estabelecimento de mecanismos de monitorização para a identificação dos impactos das alterações climáticas na atratividade dos produtos turísticos;
- 9 - Sensibilizar, educar e capacitar a população e os serviços;
- 10 - Promover a implementação de sistemas híbridos de produção de energia;
- 11 - Implementar um sistema de vigilância e controlo das doenças e um sistema de monitorização de alergénios e qualidade do ar com modelo de previsão que permita que seja estabelecido um sistema de aviso e alerta;
- 12 - Melhoria das condições de climatização em lares e centros de dia para idosos, escolas e creches, unidades prestadoras de cuidados de saúde, etc;
- 13 - Criar mapas de vulnerabilidades locais com a temperatura ambiente que indiquem quais as zonas urbanas que mais precisam de arrefecimento;
- 14 - Promover a articulação com as entidades competentes e integrar os efeitos projetados das alterações climáticas no planeamento de emergência;
- 15 - Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/estradas;
- 16 - Aumentar a pedonalidade e o uso de bicicleta, através do fomento à existência de equipamentos e infraestruturas de suporte e realização de ações de informação, sensibilização e capacitação;